

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 208 • Maio de 1986 • Cr\$ 6,00



A questão do menor

Acabo de ler "De Dentro do Furacão"! Quanta lembrança! Quanto desafio! Quanta inspiração! Ao fim da leitura, fiquei por horas meditando: Será mesmo que a gente viveu tudo isso? Qual a mensagem dessa rica jornada? O furacão está perdendo ou ganhando força? E agora, José?

Valeria a pena explorar a possibilidade de um reencontro da velha e nova geração de discípulos do Shaull para uma reflexão sobre a seção de questionamentos.

Jovelin P. Ramos
Council on Church and Race
Nova Iorque (EUA)

Na "Tempo e Presença" nº 206, de março de 1986, li as matérias publicadas sobre a Paz e a Justiça. Entendo que todo o problema por que passa a humanidade nos dias atuais se resumem nestas duas bandeiras, pois não tem cabimento gastar bilhões em armas, principalmente as nucleares, enquanto muitos de nossos irmãos não vivem dignamente. Sabemos que a quantidade de armas existentes já é suficiente para destruir a humanidade várias vezes. O que não achei correto foram os enfoques dados por certos analistas.

A guerra, a corrida armamentista são indispensáveis para a sobrevivência do Capitalismo/Imperialismo e do Complexo Industrial Militar (CIM), como a General Dynamics, Lockheed etc. Quanto ao mundo socialista, a corrida armamentista só dá prejuízos, e é uma necessidade de **defesa e soberania** desses povos, pois sabemos que a soberania e os direitos dos povos são difíceis de serem conquistados e, principalmente, defendidos. Como exemplos claros, vemos a Nicarágua, a Angola e outros países.

A corrida armamentista causa enormes prejuízos aos países socialistas, pois preciosas verbas são consumidas, e, para isto, o Estado (e não os monopólios) deixa de investir no bem estar do seu povo.

Também, a proposta de paz e desarmamento liderada pela URSS não mereceu nenhum comentário dos articulistas. Ela foi discutida em Genebra, no ano passado, onde a União Soviética fez várias propostas como: a) o ingresso no terceiro

milênio sem nenhuma arma nuclear; b) a não realização de mais nenhum teste nuclear, a partir daquela data, (o país socialista decidiu unilateralmente não realizá-los, desde que os Estados Unidos parem com os seus testes); c) uma posição contrária ao projeto "Guerra nas Estrelas" e outras propostas que, por questão de espaço, deixo de mencioná-las.

Hoje, colocar as duas "superpotências" como **igualmente responsáveis** pela corrida armamentista não corresponde aos fatos.

Espero que a "Tempo e Presença", sendo uma revista ecumênica que sempre defende o progresso e a paz, a justiça e a democracia, procure aprofundar mais este fundamental problema da humanidade.

Henrique de Souza Miranda
Pousos Alegre (MG)

Saudações,
Permitam umas palavras.
Acabo de ler o editorial do boletim "Aconteceu no Mundo Evangélico", de dezembro/85, intitulado: "Je vous salue, Liberté!"

É certo que devemos evitar "dois pesos e duas medidas", principalmente, por crermos no governo eterno do Deus Único e Imparcial. Pertence à convicção evangélica que não haverá — na linguagem de Jesus — futuro deseável para qualquer árvore que deixe de produzir bom fruto.

Ainda não conheço o filme "Je vous salue, Marie", do cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard. Li muitos protestos publicados no jornal "O Estado de São Paulo". Confesso que esses protestos me levaram a uma pergunta bem pessoal: defendem eles somente a "visão católico-romana", ou defendem algo mais?

Como cristão evangélico, estou convencido de que devemos dar testemunho, baseando-nos nas documentações e informações apostólicas, sobre o que ainda hoje podemos ouvir, ler e saber da mãe de Jesus. Agindo assim, não ferimos a liberdade de ninguém.

O autor do filme considerou a base da religião cristã? Pode-se chamar o seu filme "um bom fruto"? Não defendo a proibição do filme!!! Mas almejo ler em uma publicação do CEDI um comentário sóbrio — se necessário, contra o filme

— que faça jus ao que chegou até nós sobre a Maria histórica.

A cristandade pode defender e proclamar uma liberdade sem restrições, livre de tudo e para tudo? Não pecaríamos, assim, contra os dois maiores deveres da criatura humana, a saber, o amor para com Deus e o amor para com o próximo?

Cordialmente.

Rolf Dübbers
Presidente Getúlio (SC)

Paz!

Espero que esta os encontre com muita paz e alegria, dons do Ressuscitado.

Escrevo, em primeiro lugar, para agradecer a atenção dada às minhas solicitações e, em segundo lugar, para avisar que recebi há poucos dias a revista do mês de março.

Gostei muito desse número da "Tempo e Presença". Aguardo ansiosa a próxima, com notícias sobre o Pacote e também sobre a mudança de nome da Conclat, que oficialmente deixa de existir.

Termino com um abraço forte e fraterno em Cristo.

Regina Costa Pedro
Macapá (AP)

Primeiro, quero felicitá-los pela revista que está nos dando informações muito úteis sobre a realidade brasileira. Não obstante, o motivo desta carta é para pedir-lhes um favor... No último número de "Tempo e Presença" (janeiro/fevereiro de 1986) se assinala uma série de livros que, para nós, seriam de um valor muito grande, tanto ao nosso centro de documentação, como em vista da possibilidade de fazer resenhas destes livros na revista "IDOC Internationale". Refiro-me especificamente a "De Dentro do Furacão", "Quem tem medo da Reforma Agrária", "Canavieiros em Greve" e "Brasil: Nunca Mais".

Por isso, dada a importância que assinalamos, pedimo-lhes que nos enviem os referidos livros.

Fraternalmente.

Carla Coletti
IDOC Internationale
Roma (Itália)

tempo e presença

Revista mensal
do CEDI
maio de 1986

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermei Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermei Azevedo
Reg. prof. nº 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação e Secretaria Gráfica
Marco Antonio Teixeira

Capa
Foto de Avani Stein
(Folha de S. Paulo)

Composição e Impressão
Cia. Editora Jorùés

Preço do exemplar avulso: Cr\$ 6,00

ÍNDICE

Menor

- 4 O DRAMA
DO MENOR BÓIA-FRIA
José Domingos Braghetto
- 6 MENORES TRABALHADORES
PERDENDO A CARA
DE BANDIDO
José Pedro S. Martins
- 8 PROSTITUIÇÃO INFANTIL
Márcia Piva
- 10 CRIANÇA.
UM CASO DE MORTE
José Alves Pinheiro
- 13 DESCOBRINDO O COTIDIANO
DO MENOR DE RUA
Carla Costa e Fátima Viana Mello
- 15 "A FEBEM É UMA
INSTITUIÇÃO FALIDA"
Entrevista com Maria do Pilar
- 17 SILENCIO NA FEBEM
Emir Sader
- 18 O GAMBАЗINHO
QUE NÃO SORRIA
Rubem Alves
- 20 MARINA BANDEIRA NA
FUNABEM:
"FAZER O POSSÍVEL
PELO MENOR"
Entrevista com Marina Bandeira
- 23 MENOR: CAUSA
GENUINAMENTE CRISTÃ
Zeni de Lima Soares
- 25 EVOLUÇÃO DO
TRATAMENTO DO MENOR
Tomiko Born
- América Latina
- 27 COLÔMBIA INCERTA
Jorge Julio Mejia
- Igrejas
- 30 CONVOCAÇÃO À
II ASSEMBLÉIA
DO CONSELHO LATINO-
AMERICANO DE IGREJAS
- Constituinte
- 32 CONSTITUINTE,
MULHER E NEGRO
Benedita Souza e Silva
- Bíblia Hoje
- 34 PROFETAS DO
POVO DE DEUS
Milton Schwantes
- Livros
- 35 FAZER ESCOLA
CONHECENDO A VIDA
Cristiano Di Giorgi
- 35 DOSSIÉ CONSTITUINTE

editorial

Um progressivo genocídio

O indicativo mais claro da desordem social, econômica e política que caracteriza o sistema capitalista é o abandono e a marginalização a que são condenados os menores. Não é preciso utilizar muitos adjetivos, nem uma argumentação sofisticada, para que se perceba o escândalo representado por esses milhares de meninos e meninas jogados pelas esquinas ou depositados em reformatórios ou, ainda, transformados em manchetes, na voracidade de uma sociedade criminógena.

Todos os dados, oficiais e oficiosos, indicam que essa marginalidade começa bem mais cedo, ainda no ventre materno. Mesmo sem ver a luz do dia, o menor já nasce dentro de um processo de privação progressiva em que sua mãe não tem como nutrir-se e nutri-lo adequadamente. Ao nascer, começa sua via crucis de Severino e sua aprendizagem não é para viver e sim para sobreviver. Triste sociedade esta em que crianças têm que encontrar forças, custe o que custar, para simplesmente sobreviver!

Os dados citados pela nova presidente da Funabem, Marina Bandeira, em sua entrevista nesta edição, falam por eles mesmos: chegam a 25 ou 30 milhões as crianças carentes de condições dignas de vida no Brasil, segundo a OEA. Já a Unicef fala de 28 milhões, a própria Funabem, de 25 milhões e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre o menor no Brasil, fala de 32 milhões, equivalente à população da Argentina.

A nível mais amplo, o relatório do cientista político Hélio Jaguaribe, encaminhado, no mês passado, ao presidente Sarney, cita uma desnutrição que atinge 77 milhões de brasileiros, de forma permanente. Por sua vez, o sociólogo Fernando Bastos de Ávila disse aos bispos, na recente assembléia da CNBB, que o Brasil tem 12 milhões de menores abandonados, 25 milhões de favelados, 20 milhões de adultos analfabetos e 40 milhões de famintos,

enquanto 1% da população concentra renda igual à produzida por 50% dos brasileiros.

Os números variam, mas o escândalo é o mesmo, mantendo-se inalterado, de governo para governo. Há, sem dúvida, várias iniciativas que merecem elogio e apoio pela sua seriedade e pela consciência de seus responsáveis de que, não podendo resolver o problema a curto e a médio prazos, pelo menos é preciso seguir os mandamentos do Senhor Jesus "dando de comer a quem tem fome, vestindo os nus", dentro de uma visão promocional e não assistencialista. Vale destacar, entre outras experiências, a Pastoral Ecumênica do Menor, em São Paulo — unindo os cristãos em torno de tarefas humanitárias bem concretas e a Pastoral da Infância, da CNBB, com apoio da Unicef.

Temos, também, presente, no dia-a-dia do CEDI, o testemunho de centenas de irmãs e irmãos, de todo o Brasil, dedicados à causa do menor marginalizado e empobrecido. Esse exemplo enriquece a humanidade, dá esperanças em um ambiente de tanto desânimo e até mesmo de desespero. Esses companheiros e companheiras explicitam, na prática, a experiência do bom samaritano que, ao ver o irmão caído e esmagado, não passa simplesmente ao largo, condenando as raízes estruturais que o levaram à desgraça.

Ao escolhermos a questão do menor como temática central dessa edição, tivemos em vista esse duplo aspecto no enfrentamento do problema. Entendemos que sua origem básica é o sistema voltado para o lucro como motivação central e que se reproduz às custas da miséria e da marginalização da maioria. Sem a remoção dessa raiz, a árvore que produz o esmagamento dos menores continuará frondosa. Mesmo assim, não podemos ficar de braços cruzados, assistindo ao progressivo genocídio daqueles que Jesus privilegiou. "Aqueles que não se tornarem como estas criancinhas, não entrarão no reino dos céus".

O drama do menor bóia-fria

José Domingos Braghetto

Quando se trata da problemática que envolve a vida do menor na nossa sociedade, imediatamente são focalizados o "trombadinha", o menor subempregado nas grandes cidades, o menor infrator com várias fugas da Fazenda, entre outros, olvidando-se quase que por completo o problema do menor "bóia-fria".

Acreditamos que este fato se deve à falta de maiores experiências neste campo, e mesmo à quase totalidade de falta de informação, sendo que o problema salta aos olhos de quem queira se dirigir ao interior de São Paulo, por exemplo, em especial na zona canavieira de Ribeirão Preto, onde se estima que "por alto" existem mais de cem mil menores "bóias-frias", submetidos, como tentaremos mostrar neste pequeno artigo, às condições degradantes que nos remontam à época da Revolução Industrial.

Evidentemente ao falarmos deste pequeno obreiro, não poderíamos deixar de enfocar a problemática da família trabalhadora rural "bóia-fria". O problema enfrentado pelo primeiro é consequência pura e simples das pessimas condições de vida do "bóia-fria" hoje em dia, a despeito de tudo o que aconteceu em termos de luta no interior de São Paulo a partir de maio de 1984, quando do levante que começou em Guariba, e os acordos que a ele se sucederam.

Na prática, apesar dos ganhos das lutas organizativas, a vida pouco mudou para a família do "bóia-fria".

Veio a "Nova República", veio o Cruzeiro, mas o que se observa sem se usar muito microscópio, é que a fome e a desnutrição rondam assustadoramente as pequenas cidades circunvizinhas de Ribeirão Preto, como Barrinha, Pontal, Guariba, Dumont e outras.

A diária do trabalhador atualmente fixada em Cz\$ 42,35 é ainda insuficiente para se manter uma família de, em média, 6 ou 7 pessoas. O salário do trabalhador foi congelado num nível muito aquém do tabelamento dos gêneros de primeira necessidade. Há muita defasagem neste sentido.

Dessa forma, as crianças são uma pequena, mas necessária, fonte de renda, sem as quais seria praticamente impossível a sobrevivência de toda a família.

Dois motivos levam os pais a terem esta atitude de carregarem seus filhos para a roça. O primeiro sem dúvida fi-

cou claro acima, o menor contribui com o orçamento familiar, e o segundo se deve à inexistência de creches e à falta de dinheiro para se pagar alguém que cuide de crianças ainda em idade pré-escolar.

Na época da safra da cana, que vai de maio a novembro, nota-se uma grande evasão escolar. E as crianças seguem nos caminhões para os cortes de cana, sem nenhuma garantia trabalhistica. Já subnutridas trabalham como adultos, sendo que há menores que chegam a cortar até 5 toneladas de ca-



MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Menor "bóia-fria": submetido a condições degradantes.

na por dia, pois neste caso ganha-se por produção.

Só na região de Lins, onde predomina também a cana, registrou-se, há pouco tempo, a existência de 150 mil menores "bóias-frias", sendo transportados irregularmente em caminhões que oferecem pouquíssima segurança de transporte. Aliás, não são poucos os casos de mortes de menores em acidentes de caminhões carregados de "bóias-frias" amplamente divulgados pela imprensa escrita e falada neste Brasil afora, o que se constitui num verdadeiro crime contra a vida de pequenos indefesos. Cresce assim a legião de pequenos heróis que vão "tombando" numa batalha totalmente desigual. Sem exagero ou retórica, é uma legião de mutilados e de órfãos que num crescendo, clama por justiça.

É muito frequente observar que na entressafra da cana, que se dá nas férias escolares, cresce o número de menores "bóias-frias" que são muito "aproveitados" nas colheitas do algodão e do amendoim na região de Jaboticabal. Nesta época, se vê poucas crianças dedicadas aos folguedos infantis. Eles já não tem mais infância, pois chegando tarde da roça, após um estafante dia de trabalho iniciado às 5 horas, horário que forçosamente têm que levantar, eles só querem repousar.

Os registros médicos nos prontos-socorros da região, dão como principais doenças registradas a subnutrição e a verminose, visto que a inadequada alimentação aliada às péssimas condições higiênicas de suas moradias, são o fator de "causa mortis" de centenas de crianças.

Ser menor "bóia-fria" já se tornou um tradicional estigma. Isto ofende morteiramente as meninas. Estas se dirigem para a roça vestidas como se fossem guerrilheiras, pois somente se lhes vê os olhos, "tudo isto é para se proteger do mato que pica e da folha da cana que nos corta", dizem elas. Na volta da roça, negras pelo carvão da cana, evitam a todo custo passar na rua principal da cidade, com vergonha de serem trabalhadoras rurais, pois "a turma tira sarro", segundo elas.

Em sua grande maioria, conforme constatações que tivemos em nossos trabalhos, não pretendem voltar para a roça. Se pudessem gostariam de estudar e aspirar a uma carreira universitária, mas "não dá, a gente vem muito cansada".

Os jovens, em suas reivindicações, apresentam desejos de melhoria salarial. Neste sentido há que se destacar a participação dos menores "bóias-

frias" no movimento grevista. Em certa investigação, um tenente-coronel de Ribeirão Preto nos perguntou se nas greves dos "bóias-frias" não se deveria afastar os menores, pois fazem muita arruaça, jogam pedras etc. Respondemos, imediatamente, que não, já que eles também são partícipes da história da classe camponesa, pois nela vivem e para ela dão uma contribuição muito válida, inclusive com o seu sangue.

A participação dos menores em Guariba e região se deu principalmente na formação de piquetes. Eles também ajudaram muito na escuta que fazem junto aos carros da Polícia Militar, enviada para reprimir violentemente os movimentos. De fato, esta repressão indiscriminada atingiu a todos indistintamente. Tivemos oportunidade de ver uma criança de três anos atingida na cabeça por um golpe de cassetete, na greve de janeiro de 1985, na cidade de Guariba.

Por fim, gostaríamos de abordar aqui, a questão do menor "bóia-fria" migrante-sazonal.

Com o advento do Pro-Álcool, aumentou gradativamente o contingente de migrantes sazonais mineiros, prove-

nientes do Vale do Jequitinhonha para a região de Ribeirão Preto e Noroeste do estado.

Calcula-se que existem na região no pico da safra da cana, aproximadamente vinte mil mineiros da região de Araçuaí-MG, sendo que uma boa parte deles é constituída de menores na faixa etária de 13 a 17 anos de idade. Verdadeiros exércitos de mão-de-obra barata, estes migrantes são presas fáceis dos "gatos", também mineiros, contratados pelas usinas da região.

Certa feita, um juiz da cidade de Taquaritinga, forçou a volta de três pernas Kombis lotadas de menores para o Vale do Jequitinhonha. Eles tinham vindo trabalhar na usina Bonfim, de propriedade do grupo Corona.

A um visitante que se aproxima, o menor já orientado, se indagado pela idade, responde sempre: "18 anos". Como tal é registrado, sendo que este fato se repete constantemente e é desmentido facilmente por qualquer leigo no assunto, diante do semblante pueril e assustado do entrevistado.

O menor migrante "bóia-fria" vive em pensões nas pequenas cidades em completa promiscuidade, numa vida difícil. Raramente vem com o seu pai e, por vezes, é alojado nos barracões na zona rural, construídos especialmente para moradia, pelas usinas.

Cedo vêm perdendo a sua cultura original e vêm se esquecendo de suas festas e tradições ensinadas pelos pais, assimilando culturas alienígenas e perdendo gosto pelos padrões ditados pelas TVs "Globos".

À guisa de conclusão, poderíamos dizer que fica para a pastoral um grande desafio. Como trabalhar especificamente com estes menores, a fim de que não se tornem marginais amanhã, diante das poucas esperanças que eles têm de uma melhora de vida e de uma saída para a sua situação?

Como sustar a exploração destes pequenos trabalhadores? O que se tem feito de específico neste campo, se fatos que fazem corar de vergonha qualquer pessoa de bom senso nem ao menos são divulgados?

O leitor poderá, diante do aqui exposto, partir para uma reflexão séria e aprofundar tudo isto a fim de que se possa sair para uma organização efetiva da classe trabalhadora rural. Um sindicalismo autêntico no campo, cremos que em muito contribuirá para a solução deste problema.

Pe. José Domingos Braghetto é vigário de Barrinha, no interior de São Paulo, e foi coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



"Eles já não tem infância".

MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Menores trabalhadores, perdendo a cara de bandido

(“No sinal fechado, ele vende chiclete, capricha na flanela, e se chama Pelé”)

José Pedro S. Martins

O pivete de Francis Hime e Chico Buarque continua a vender chiclete e caprichar na flanela, mas são poucos os que ainda podem sonhar em ser Pelé. O intenso processo de pauperização de amplas faixas da sociedade brasileira, sobretudo nos últimos anos, fez com que um contingente cada vez mais crescente de menores entrasse, de forma precoce e não raramente pela porta da cozinha, no competitivo mercado de trabalho, como mão-de-obra barata e sendo, por isso, ainda mais explorados do que os adultos. Em razão do estado de pobreza absoluta em que se encontram 20% das famílias brasileiras — 4,4 milhões, de um total de 25 milhões —, não resta, porém, outra alternativa aos seus filhos menores, do que partir cedo pra luta, onde boa parte deles fatalmente irá caminhar no meio-fio entre o trabalho subremunerado e os ambíguos atrativos da marginalidade.

Os 63 milhões de menores brasileiros, considerada a faixa etária de 0 a 19 anos, perfazem 47% do total da população brasileira. Os menores considerados carentes são 36 milhões e, destes, 7 milhões são abandonados. São milhares, todavia, que nem alcançarão o “privilegio” da sobrevivência: dos quase 4 milhões de crianças nascidas anualmente no país, cerca de 300 mil morrem antes de atingir o primeiro ano de vida.

QUEM COMEU O BOLO?

Neste sentido, tanto o número de famílias tidas como em estado de pobreza absoluta, quanto a Taxa de Mortalidade Infantil, se contrapõem de maneira clara ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país que, regis-



Partindo cedo pra luta.

trando um salto de 300% entre 1960 e 1980, colocou o Brasil entre as dez maiores economias do mundo.

A explicação para esta disparidade entre crescimento da riqueza global — ou o denominado “bolo econômico”, expressão cara ao período do “milagre” — e a situação real vivida por largas parcelas da população brasileira, pode ser explicada facilmente pelo panorama da distribuição de renda no

país. Assim, se em 1960 os 50% mais pobres detinham 17,4% da renda, em 1981 eles tinham de se contentar com as migalhas de 14,2% da renda. Por outro lado, os 20% mais ricos, da participação de 54,8% na renda em 1960, passaram a abocanhar 61,6% em 1981, de acordo com fontes citadas pela publicação “Retratos do Brasil” (Editora Política). Como um dos mecanismos pelos quais se concentrou ainda mais a renda no país, durante as duas últimas décadas, foi o arrocho salarial, não é surpreendente que um expressivo número de menores tivesse de se engajar muito cedo no mercado de trabalho, para ajudar na renda de suas famílias.

OPERÁRIOS SEM CARTEIRA

A importância do menor trabalhador é particularmente notada se enfocada a sua participação na renda das famílias tidas como em situação de pobreza absoluta. Das 4,4 milhões de famílias incluídas nesta caracterização, 1,6 milhão residem na zona urbana. Destas, 643 mil famílias estão atingidas atualmente pelo desemprego, enquanto outras 167 mil utilizam menores e jovens na constituição de sua renda. Destas, por sua vez, nada menos que 67 mil famílias utilizam predominantemente o trabalho menor para a sua sobrevivência. E essa situação é particularmente grave nas famílias em pobreza absoluta chefiadas por mulheres — 467 mil famílias, 47 mil das quais lançando mão do trabalho dos menores, sendo 20% deles com idade inferior a 10 anos, segundo o Anuário Estatístico do IBGE de 1984.

Numa megalópole como São Paulo, a situação do menor trabalhador não poderia ser menos dramática. Conforme pesquisa conjunta do DIEESE (De-

partamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), datada do último trimestre de 1985, nada menos que 705 mil menores, na faixa de 10 a 17 anos, participavam da População Economicamente Ativa na Grande São Paulo. Destes, 29,9% (ou 210 mil) eram originários de famílias com renda familiar per capita de até 1 salário-mínimo. Os menores trabalhadores que estavam desempregados somavam 35% (246,9 mil) e, dos ocupados, 68% (311,8 mil) eram assalariados e 13,9% (63,7 mil) trabalhavam como domésticos. Os principais setores de ocupação, por seu turno, eram a indústria (132 mil, ou 28,8%), o comércio (113,7 mil, ou 24,8%) e os serviços (126,1 mil, ou 27,5%).

Milhares desses pequenos trabalhadores, em contrapartida, não têm carteira assinada, o que faz com que não gozem dos mínimos direitos trabalhistas. A respeito, é notória a insensibilidade do movimento sindical, conforme atesta o padre Julio Lancelotti, da equipe da Pastoral do Menor de São Paulo. Segundo ele, um dos únicos Sindicatos que têm se preocupado com a situação do menor trabalhador é o dos Vidreiros, já que boa parte dos operários no ramo é de menores, atuando em condições totalmente insalubres.

ESCRAVOS DAS RUAS

A postura dos sindicatos com relação ao menor trabalhador, mesmo daqueles que se gabam de ser "progressistas", para o padre Júlio, é típica da maneira como a sociedade brasileira os encara, principalmente àqueles que, como na música, vendem chiclete no sinal fechado, ou catam papel, ou vendem limão. Ou seja, em sua opinião, a sociedade desvincula a questão do menor da questão do trabalho de maneira geral, e os menores das ruas acabam sendo vistos, de forma exclusiva, como marginais em potencial, muito colaborando para esta ótica a posição dos meios de comunicação social, que exageram no destaque aos casos dos menores de fato infratores. Ora, dos 427 mil menores internados na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (6% do total dos menores abandonados), são apenas 6 mil os considerados infratores (3% do total dos atendidos pela Funabem), e menos ainda aqueles tidos como muito perigosos. Um caso típico é o de "Naldinho", acusado, sem provas, de três assassinatos, e que acabou sendo morto no Rio de Janeiro, presumivelmente

pelo Esquadrão da Morte. Conforme lembra Maria do Pilar Costa Santos, ex-responsável pelo setor de menores infratores da Febem, são muitos os casos de crimes imputados a menores que, de fato, foram cometidos por adultos, com a promessa de que, depois, aqueles (os menores) seriam soltos, como já aconteceu muitas vezes na própria Febem.

Uma das dificuldades enfrentadas por entidades como a Pastoral do Menor, no trato com os menores trabalhadores, em especial com aqueles que trabalham nas ruas, é o fato de que muitos desses menores, no estreito contato com o mundo marginal, acabam vendo que pequenos furtos ou outras atividades do tipo são mais rendosas do que o trabalho "honesto". Então, como nota o padre João Drexell, também da Pastoral do Menor, o me-



Trabalho marginalizado.

nor que se encontra nesta condição irá demorar para aceitar as condições — que já são precárias — oferecidas pelo mercado de trabalho "certinho".

SOLUÇÃO NA COMUNIDADE

As entidades que trabalham com o menor carente não estão muito otimistas com as expectativas de mudança geradas pelo debate em torno da As-

sembléia Nacional Constituinte. Primeiro porque a própria Constituinte será congressual, com menores possibilidades de se sensibilizar com as presões populares. Depois, porque são grandes os interesses em manter a mão-de-obra barata que representa o menor trabalhador. Desta forma, apesar de acentuarem a necessidade e a importância de se discutir mudanças, como no Código de Menores, aquelas entidades confiam mesmo é na ação alternativa das comunidades, consideradas as inúmeras experiências que já são conhecidas.

São os casos, por exemplo, do Clube do Menor Trabalhador, de João Pessoa, na Paraíba que, criado já nos anos 60, atende a cerca de 200 crianças que trabalham no Mercado Central da cidade, e que contam, no Clube, até com uma cooperativa de consumo. Em Belém, no Pará, é o da República do Pequeno Vendedor, fundada no início da década de 70, que utiliza cerca de 50 voluntários para atender a 50 mil menores, que recebem de comida a treinamento profissional. Em São Paulo, é o de um clubinho semelhante, em Sapopema, de apoio aos menores catadores de papel. Ao todo, são quase 400 programas do mesmo tipo registrados no final de 85, muitos deles criados a partir do incentivo do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, criado em 1982, conjuntamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Funabem e Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, exatamente em função do sucesso das experiências que já existiam, e que somavam 70 em 1982.

Enfim, experiências espontâneas, que nascem no seio das comunidades, a partir da luta de cristãos e homens de boa vontade, desejosos de modificar o modo de se ver o menor na sociedade brasileira. Experiências destinadas a primordialmente organizá-los, para que os próprios menores reconheçam os seus direitos e passem a lutar por eles — direitos cujo total cumprimento implica na transformação global da sociedade em que vivemos. E, nessa sociedade igualitária, fraterna e solidária que está sendo construída pelos pobres e marginalizados, talvez o pivete da música perca o apelido e tenha todo o tempo apenas para rodar pião, dedicar-se à música e, claro, jogar bola, novamente sonhando com a possibilidade de ser Pelé.

José Pedro S. Martins é jornalista, redator da Agência Ecumênica de Notícias.

Prostituição infantil

Márcia Piva

Há alguns anos, depois do insucesso do projeto econômico dos governos militares, a situação da família brasileira vem se deteriorando paulatinamente. No campo e na cidade, quando o trabalhador não perde o valor real do salário, perde o emprego. Esta problemática provocou o êxodo rural de milhares de trabalhadores para as grandes capitais.

A chegada de uma família com uma prole numerosa à uma metrópole como São Paulo, por exemplo, traz consigo uma infinidade de problemas objeti-

vos. Fugindo das dificuldades locais, os migrantes não encontram muitas portas abertas. A necessidade de um abrigo leva os pais a se enfiarem com seus filhos em pequenos quartos de cortiços ou nos paupérrimos barracos das favelas.

Essa pequena introdução é feita para que possamos compreender melhor o porquê do crescimento do lenocínio infantil. As pesquisas feitas pelas entidades preocupadas com a situação da mulher mostram que a questão econômica e o êxodo rural são os principais motivadores do ingresso de milhares de meninas brasileiras na prostituição.

A discriminação sexual, aplicada muitas vezes no próprio lar quando o pai não permite que a filha estude porque "mulher só precisa saber cozinhar", também é apontada como causa. Quando o parco orçamento começa a causar problemas, as filhas são incentivadas a "sair em busca de emprego". Nas estradas, por exemplo, é comum encontrarmos meninas convidando camioneiros para um "programa". Segundo S.A.P, de 15 anos, que costuma passar horas sentadas nos bancos da Praça da Sé, o problema maior é a fome. Sendo assim, "quando ela aperta, saio para andar um pouco e se aparecer alguém eu topo".

O baixo nível de escolaridade também é motivo para buscar outra forma mais fácil de ganhar dinheiro. A maioria das jovens que trabalham como prostitutas "de baixa categoria", não tem o curso primário completo. Muitas abandonaram a escola porque precisavam trabalhar. A alternativa: uma fábrica. O salário de uma menor de idade é irrisório. O caminho? : "um dia, o chefe de produção me disse que aumentaria o meu salário se eu saísse com ele. Eu fui...", relata Graça, de 17 anos.

O burburinho das cidades grandes e a massa humana que se atropela diariamente, são esconderijos perfeitos para ocultar um problema social tão claro. Passando despercebidas pela maioria dos transeuntes apressados, centenas de meninas "trabalham" nas principais praças das capitais brasileiras. Na cidade de São Paulo, as praças da Sé, República, Luz e o Largo do Arouche, são "pontos" tradicionais para o "exercício da profissão", como diz R.S.B., de 16 anos. Outros locais, bastante freqüentados, são as estações rodoviárias e ferroviárias, e a Zona Leste (Brás e marginal Tatuapé).

MÃES SOLTEIRAS

Nem todas as jovens que dão à luz pela primeira vez são prostitutas. Segunda a Irmã Rosina, da Congregação



RENAITA FAZONI

A questão econômica e o êxodo rural são as principais causas da prostituição infantil.

de São Vicente de Paula, diretora social do Amparo Maternal, instituição mantida pela Igreja Católica com o apoio de protestantes, espíritas e ortodoxos, grande parte dessas meninas "são desavisadas, vindas do interior".

O Amparo Maternal, mais conhecido como "hospital das mães solteiras", tem como objetivo principal "o atendimento de gestantes carentes". Na opinião da Irmã Anita, também vicentina, diretora geral da instituição há onze anos, "a miséria influencia o comportamento dessas meninas". É muito difícil para cada uma delas suportar as provações. "A miséria desajusta" conclui ela.

Todas as jovens gestantes que procuram o Amparo Maternal são recebidas por uma equipe de assistentes sociais que as encaminha de acordo com o problema apresentado. Segundo Maria Del Carmen Ali, há dez anos na instituição, "a desintegração familiar é a causa principal do que acontece com as moças". A maioria das mães solteiras que recorrem ao Amparo "é originária da classe baixa, são mulheres carentes e sem instrução escolar", diz a assistente social.

São admitidas, diariamente, de três a quatro gestantes. As futuras mães que já se encontram no sétimo mês de gravidez "permanecem na casa". Para evitar a ociosidade, as gestantes podem ajudar, no período da manhã, nos trabalhos de cozinha, lavanderia e berçário. À tarde, todas recebem cursos de manicure, overloque, atendimento de enfermagem, padaria e confeitoria, encadernação e complementação alfabetica.

As assistentes sociais da instituição acompanham periodicamente o histórico social de cada mulher. No processo de encaminhamento para trabalhos externos a "maioria trabalhará como empregada doméstica". Contudo, quando aparecem moças com um certo nível de escolaridade, podem encontrar colocações em escritórios ou como telefonistas. O objetivo, diz Maria Del Carmen, "é a promoção social".

DIREITOS DA MULHER

Certamente as características fundamentais das jovens que estão alojadas no Amparo Maternal ou daquelas que "marcam ponto" nas praças da cidade são idênticas. De acordo com Silvana Elisabeth da Silva, de 19 anos, que teve o seu segundo filho no "hospital das mães solteiras", o problema é o mesmo. Ela relata: "o menino que nasceu no dia 10 de março é filho de um cara com o qual eu vivi durante um ano".

A opinião de Maria Del Carmen sobre essa "degradante situação" na qual se encontra a mulher é devido à falta de "conscientização sobre os nossos direitos". De forma taxativa, a assistente social reclama que em nossa sociedade não temos notícia de "pais solteiros ou que tenham sido obrigados a fazer um aborto". A carência, dessas mulheres em todos os níveis, faz com que elas "vivam a vida sexual ao acaso". A maior frustração de Maria Del Carmen acontece sempre quando "elas retornam grávidas".

DINHEIRO FÁCIL

Grande parte das jovens que exercem a prostituição acha que essa é, na situação delas, a maneira mais fácil para ganhar dinheiro. A menor M.A.S. de 17 anos diz: "Cai nessa vida porque me enganaram. Agora é muito difícil sair". Depois de refletir, completa: "pensando bem, o que ganho é pouco, mas dá pra ir vivendo".

Outro aspecto pouco divulgado da prostituição infantil é a presença, cada vez maior, de "méninos de aluguel". É comum se ver, no período da tarde, grande quantidade de meninos parados nas avenidas São João e Ipiranga, em São Paulo. Segundo Renato S.A.,

de 17 anos, "a questão não é gostar ou não". O que mais lhe chama a atenção nesse "negócio" é o dinheiro que os "velhos" pagam. Com um sorriso, ele retruca: "Pagam uma nota gorda".

Apesar de todos os esforços realizados para frear o crescimento acelerado da prostituição infantil, a situação tende a se agravar. A opinião da menor F.A.R., de 16 anos, com primário completo, é lacônica: "A gente faz um programinha pra esquecer a tristeza da vida". Em outro "ponto", mas no mesmo trabalho, M.J.P., de 17 anos, que veio do Nordeste com a família e tem muitos irmãos, diz: "Com a bênção da mãe, eu entrei. É assim que ajudo em casa".

A linguagem um tanto dura dessas meninas esconde um grande sonho. Muitas querem "sair dessa vida". Algunas pensam em estudar, outras em casar e viver normalmente "como qualquer mulher". A solução do problema a médio prazo, exige, segundo Irmã Anita, do Amparo Maternal, "um limite na ganância e um equilíbrio econômico para que a situação reflita de maneira melhor em favor dos pobres".

Márcia Piva é jornalista. Co-autora dos livros "Fazendo amor na Nicarágua" (Editora Vozes) e "Nicarágua — Um povo e sua história" (Edições Paulistas).



A solução do problema exige "um limite na ganância" e maior equilíbrio econômico.

Criança. um caso de morte

José Alves Pinheiro

Apesar de todos os avanços da ciência, nos mais variados campos do conhecimento, ainda não temos um conceito geral, claro e adequado de saúde e doença.

A definição mais corrente, de saúde, é a da Organização Mundial da Saúde (OMS): "estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não somente a simples ausência de doença ou invalidez".

Não nos cabe, neste momento, analisar o que há de objetivo ou subjetivo nesta definição. Porém, ela nos leva às perguntas: existe alguém com saúde,

no mundo? De que maneira podemos qualificar ou quantificar o bem-estar? Como abordar as esferas físicas, psíquicas e sociais? O problema é bem mais complexo do que imaginamos.

Outros autores utilizam termos como "estado de equilíbrio", "adaptação ao meio", "capacidade para a função", "estado de tolerância" etc., na tentativa de se chegar a uma definição de saúde. Novamente, encontramos dificuldades práticas na operacionalização de tais termos.

Certamente, a saúde requer mais que uma definição biológica, levando-se em conta todos os fatores que intervêm na sua determinação e variação

(ecologia, ambiente, sociedade, cultura etc.). Além disso, o conceito de saúde deve ser dinâmico, histórico, mudando de acordo com a época e mais exatamente com as condições de vida das populações e as idéias de cada época (relação de produção).

Quanto à "doença", a situação não é menos complexa. Muitas vezes ela é concebida como umente que, de alguma maneira, ingressa no organismo, que o carrega (é portador de) e que pode descarregá-lo (passá-lo) para outros organismos. Pode ser vista também como a alteração da forma, da função, alguma coisa que foge à norma, à regra, que torna a vida mais difícil e que gera sofrimento.

Apesar de todas as dificuldades nas definições de saúde e doença, não nos encontramos diante de um impasse imobilizador. Já há algum tempo os profissionais da área da saúde tentam superar o problema referente à mensuração do padrão de vida ou nível de vida da população com a qual estão trabalhando.

Em 1950, um comitê formado pela Organização das Nações Unidas (ONU) encontrou dificuldades em construir um índice único que traduzisse o nível de vida de uma população e que pudesse ter aplicação internacional. Sugeriu, então, que o problema fosse abordado de maneira pluralista, isto é, que fossem considerados, separadamente, vários componentes possíveis de quantificação. Foram sugeridos os doze componentes seguintes, os quais serviriam como um catálogo internacional, aceitável, para medir o nível de vida:

- 1) Saúde, incluindo condições demográficas;
- 2) Alimentos e nutrição;
- 3) Educação, incluindo alfabetização e ensino técnico;
- 4) Condições de trabalho;
- 5) Situação em matéria de emprego;
- 6) Consumo e economia gerais;
- 7) Transporte;
- 8) Moradia, com inclusão de saneamento e instalações domésticas;
- 9) Vestuário;
- 10) Recreação;
- 11) Segurança Social;
- 12) Liberdade humana.



"Cada classe tem o seu perfil de saúde e doença".

SIDNEY WAISMANN

Mesmo que incompletos, quanto aos aspectos significativos da vida, e de difícil obtenção, esses componentes podem formar um quadro da qualidade de vida de uma população. Cada item contempla uma variedade muito ampla de temas sendo impossível, neste espaço, abordá-los de uma só vez.

O nosso propósito é destacar apenas uma das medidas incluídas no primeiro item e que trata especificamente da mortalidade infantil. Apesar disso, veremos que temas relevantes nos outros itens serão abordados, demonstrando um inter-relacionamento bastante estreito entre eles.

MORTALIDADE INFANTIL

A morte, por ser um evento bastante concreto, tem sido utilizada como indicador das condições de vida. O coeficiente de Mortalidade Infantil (MI) expressa o risco de um nascido vivo vir a morrer antes de completar um ano de vida. É calculado por meio da seguinte relação:

$$\frac{\text{Nº de óbitos de menores de 1 ano, na área A, ano } t}{\text{Nº de nascidos vivos, na área A, ano } t} \times 1000$$

Suponhamos que em 1985, na cidade de São Paulo, nasceram vivas 10 mil crianças e que neste mesmo ano e na mesma cidade, morreram 410 crianças, antes de completar 1 ano de idade. Neste exemplo, fictício, a MI será 41 por mil.

Vale salientar que tanto os dados do numerador como os do denominador são obtidos numa mesma fonte, os cartórios, através do Registro Civil. Apesar de ser uma medida simples, está sujeita a erros tanto no numerador como no denominador. Basicamente, surgem do não-registro de nascimento e óbito ou pela definição incorreta de nascido vivo e nascido morto.

Para ilustrar melhor, imaginemos que uma criança nasceu viva e morreu poucos minutos após, mas foi considerada como nascida morta (e registrada como tal). Tal situação não é tão rara de acontecer. Neste caso, deixou-se de registrar um nascimento e um óbito (sub-registro), e registrou-se um nascido morto inexistente (super-registro), consequentemente, os números não expressarão a realidade.

Outra distorção pode ocorrer quando se considera o "local de ocorrência" ou o "local de residência". As cidades com maior concentração

de hospitais e maternidades recebem um maior fluxo de pacientes, constituindo-se, no problema em questão, uma "invasão" de nascimentos e óbitos, quando se calcula a MI pelo local de ocorrência do evento.

A morte de menores de um ano está diretamente influenciada por condições de saneamento, nutrição, educação, habitação, assistência pré-natal, entre outras. À medida que, em uma determinada área, vão melhorando as condições de vida e de saúde da população, vai diminuindo a mortalidade infantil.

É verdade que, estritamente falando, não se deveria considerar a mortalidade como índice de saúde, porém, a experiência tem demonstrado que existe entre ambos os termos uma correspondência quantitativa que, por determinados valores de um, permite, em geral, inferir certos valores do outro. As taxas de MI e suas variações servem para avaliar, com bastante precisão, numerosos aspectos das condições sanitárias gerais.

VALORES "NORMAIS" DA MI

O ideal deveria ser zero, quer dizer, não deveria morrer nenhuma criança menor de um ano de idade. Tal fato é



O ideal seria a MI zero.

SIDNEY WAISMANN

praticamente inexistente, pois, mesmo que se eliminasse todos os fatores ambientais, restariam fatores biológicos, responsáveis por algumas mortes. Então, não se diz existir mortalidade infantil "normal", mas, mortalidade infantil baixa. Tanto mais baixa quanto mais se aproximar do valor zero. Utiliza-se, atualmente, o seguinte referencial: inferior a 20 por mil, que é baixa e acima de 60 por mil, muita alta.

A maioria dos países com alto nível de saúde apresenta um coeficiente próximo ou inferior a 15 por mil. Publicação da UNICEF (Órgão das Nações Unidas dedicado à infância), em 1983, estima as taxas de MI de 94, 68 e 132 por mil, respectivamente para o Brasil, Estado de São Paulo e Nordeste.

A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

É preciso cuidado na análise dos números. Mesmo com a eliminação dos possíveis erros, já mencionados, o resultado pode mascarar uma realidade bem mais dolorosa. De início, parece até que todas as crianças são iguais perante a morte. É como a grande ilusão de que, diante da lei, "somos todos iguais". Na prática, temos visto que alguns são "mais iguais" do que outros. Muitos dos trabalhos publicados nesta área, talvez na busca de uma neutralidade científica (impossível) ou por pura opção metodológica, sonegam o que está por trás dos números.

Sabemos que em nossa sociedade convivemos com uma realidade que é desigual e desequilibrada. Os desníveis saltam à vista quando falamos de classes sociais. Cada classe tem o seu perfil de saúde e doença. A morte chega primeiro exatamente para as crianças socialmente excluídas do "banquete vital".

Em 1962, o Dr. Behm num trabalho realizado no Chile, comparou a mortalidade infantil entre grupos de operários e não-operários, penetrando assim na base da estrutura social ao destacar o modo de inserção da população nas relações de produção. A MI na classe operária foi muito alta (126 por mil), maior do que no grupo não-operário (67 por mil), o que representa um excesso de 88%. Na maioria dos estados, a morte de crianças entre 1 mês até 1 ano de idade era o dobro no grupo operário em comparação com o não-operário.

O Dr. João Yunes, em 1978, estudou as características sócio-econômicas da MI, em São Paulo. A taxa de MI apresentou valor 6,8 vezes maior no subdis-

trito de menor renda quando comparado ao de maior renda.

Vemos, então, como a inclusão do componente histórico na análise, reconhecendo uma estrutura econômica que articula uma distribuição desigual dos problemas de saúde e doença, segundo diferentes classes sociais, possibilita uma visão mais realista.

No Brasil, em 1985, morreram 360 mil crianças com menos de um mês de vida. A média é de quase mil crianças mortas a cada dia.

OS DOIS COMPONENTES DA MORTALIDADE

A mortalidade no primeiro ano de vida, por características próprias, como veremos, está dividida em dois grupos. Para as crianças que morrem no primeiro mês de vida, denomina-se mortalidade neonatal ou mortalidade infantil precoce. O segundo grupo está composto pelas crianças que morrem após o primeiro mês e antes de completarem 1 ano, é a mortalidade pós-neonatal ou mortalidade infantil tardia.

A morte no primeiro mês de vida depende, principalmente, de fatores congênitos (malformação, p. ex.) e de problemas diretamente ligados ao parto. A redução desta mortalidade vincula-se aos cuidados médicos e modernas técnicas curativas. São necessários elevados recursos financeiros e tecnologia sofisticada.

A morte no período pós-neonatal depende mais dos fatores sócio-econômicos e da agressividade do meio, representados pelas doenças infecciosas, parasitárias, diarréia, desnutrição etc. Sua redução sempre é conseguida através do saneamento, erradicação de vetores, água potável, alimentação, vacinação, enfim, melhoria das condições de vida. Sua evolução, em termos de decréscimo, ocorre com maior rapidez do que na mortalidade neonatal.

Nos países com baixas taxas de mortalidade infantil, aproximadamente 70% dos óbitos ocorrem na primeira semana de vida. Ao contrário, nos países com elevada mortalidade infantil, as mortes no primeiro mês de vida representam 40%, e até menos em alguns casos.

FOME, O ALIMENTO DA MORTE

A alimentação é uma necessidade básica para qualquer organismo desempenhar, eficazmente, todas as suas funções. Todo o sistema de defesa contra as infecções acha-se comprometido nas crianças desnutridas e milhares já passam pela experiência da fome antes do nascimento.

A boa saúde depende de muitos fatores, mas, acima de tudo, de comida suficiente. Nas comunidades em que

existe fome ou onde muitas crianças estão desnutridas, a alimentação deve ser a primeira preocupação.

Planejadores e peritos tem tentado diversos métodos para combater a fome e a desnutrição. Mas, apesar dos bilhões gastos com expansão da agricultura, projetos de desenvolvimento, suplementação alimentar, existem, hoje, mais crianças desnutridas do que jamais houve na história da humanidade. Resultado de uma distribuição injusta de terras, recursos e poder. O problema da fome não é causado pela escassez, mas pela distribuição injusta.

Pelo número de crianças desnutridas, em um país ou numa comunidade, podemos ter uma idéia de como estão a justiça social e os direitos humanos. Onde a distribuição é mais injusta e mais limitados os direitos dos trabalhadores, maior é o problema da fome.

Em cada três crianças, no mundo, uma é desnutrida. Mas, em alguns países em cada três crianças mais de duas são desnutridas. São, em geral, os países onde a diferença entre os ricos e os pobres são mais acentuadas. São os lugares onde um grupo pequeno e poderoso detém o controle da



O maior problema é a fome.

maior parte da terra e dos recursos. Os salários são baixos. A produção de cíclicas para exportação é alta. O direito do povo de se organizar ou participar do planejamento e das decisões é bastante limitado.

VIOLÊNCIA SILENCIOSA

É impossível falar de desnutrição sem citar o saudoso prof. Nelson Chaves que durante toda a sua atividade científica assumiu o grito surdo dos desnutridos, principalmente dos nordestinos. Dizia o prof. Chaves, em 1982, poucos meses antes da sua morte: "Violência silenciosa é a morte em massa de crianças, por fome. Em Pernambuco, morrem 160 crianças por mil. A mortalidade de menores de cinco anos, que está dentro do esquema da violência silenciosa, também é enorme. Estudos revelaram que, no Recife, mais de 60% morrem antes de completar cinco anos. A diarréia, a bronquite, o sarampo, que são benignos em crianças bem nutridas, nos desnutridos trazem um coeficiente de mortalidade altíssimo. Qualquer infecção no desnutrido dá em morte, ele não tem imunidades. Bronquite é uma coisa comum. Se a pessoa é desnutrida, essa bronquite se acentua, chega à pneumonia e morte. Na diarréia, um indivíduo bem nutrido cura a infecção, e pronto. Mas, o desnutrido tem um número assustador de parasitas, que consome boa parte dos alimentos ingeridos. Examinamos crianças com 11 parasitas intestinais e ela, que já se alimenta mal, perde o restinho de proteína que tem. Quando esta criança morre, a causa básica é a desnutrição, a fome mesmo. O remédio é um só: alimentação".

Os problemas nutricionais estouram nas unidades de saúde, mas sua origem nada tem a ver com saúde: são econômicos, sociais. Inútil querer solucioná-los através do setor saúde. Mas, enquanto não se decide encará-los "pela raiz", apelam-se para a distribuição de alimentos, vitaminas e comprimidos, nos Postos de Saúde.

Dessa forma, a mortalidade infantil vai recebendo seus paliativos e muitas crianças que conseguem escapar no primeiro ano de vida, sucumbem antes dos cinco. É uma caminhada lenta e gradual, cheia de atropelos. É a procissão dos miseráveis, dos despossuídos. E a cada minuto "é mais um coração que deixa de bater. Um anjo vai pro céu...".

José Alves Pinheiro é médico, pós-graduado em Atenção Primária à Saúde e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Descobrindo o cotidiano do menor de rua

**Carla Costa Teixeira e
Fátima Viana Mello**

Há três meses atrás, alguns pesquisadores do IBASE começaram a pensar na possibilidade de realizar um levantamento das crianças que dormem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Os desafios eram muitos: partíamos de uma preocupação e não de um conhecimento prévio, ao mesmo tempo em que o pouco que conhecíamos, desta realidade, exigia uma metodologia específica.

Pensamos a pesquisa em três etapas: 1 — reconhecimento da realidade dos meninos e meninas de rua; 2 — contagem propriamente dita; — 3 — realização de entrevistas. Todas as etapas seriam redefinidas de acordo com a experiência que fôssemos acumulando. Este princípio se mostrou, desde o início, fundamental para o trabalho. A cristalização de procedimentos, a priori, teria inviabilizado a pesquisa. Se este é um risco em qualquer investigação, aqui ele se fazia muito mais presente.

O primeiro passo foi sairmos à procura do máximo de informações. Conversamos com várias pessoas que estão envolvidas com essas crianças, seja num trabalho junto a elas, seja por terem interesse em conhecer a questão.

Decidimos, também, que iríamos percorrer as ruas da cidade para sondar os locais de concentração, os melhores horários; enfim, avaliar o tipo de dificuldades que teríamos pela frente. A decisão foi reforçada pelo fato do que as avaliações que ouvimos eram muito divergentes. Alguns estimavam em 1.500 o número de meninos de rua, enquanto outros, falavam em 30 mil. Pessoas enfatizaram as possíveis agressões que sofreríamos por parte das crianças, sugerindo esque-

ma de segurança; outros destacaram a possibilidade delas colaborarem com o trabalho.

Assim, mapeamos a cidade em 16 áreas e fizemos os roteiros de modo a

cobrir as principais ruas e possíveis lugares-dormitórios — praças, viadutos, igrejas, etc... Com os mapas prontos, precisávamos de pessoas e carros. Falemos com muitos e quase todos se



WAGNER SANT'ANNA

Os primeiros passos de uma pesquisa sobre o menor de rua.

mostraram interessados. Alguns queriam participar, mas não podiam. Afinal, as condições em que a pesquisa se realizaria eram, digamos, atípicas: de madrugada, em locais, muitas vezes, perigosos (Aterro do Flamengo, Central, etc.) e de forma voluntária. No entanto, conseguimos reunir um número suficiente de pessoas para realizar a primeira fase do trabalho. Daí sairam a lista dos "ninhos" — como as crianças mesmo chamam — e a definição dos melhores horários.

Esse é o momento em que nos encontramos. Prestes a sair para fazer uma avaliação, o mais aproximada possível, da realidade do número de crianças que dormem nas ruas do município do Rio (exceto Zona Oeste e Ilha do Governador). Ainda não temos este número, mas as informações e impressões que a equipe recolheu, até agora, são muitas e preciosas. Tanto no que diz respeito ao aprendizado de como fazer uma pesquisa dessa natureza, quanto ao conhecimento propriamente dito do mundo das crianças de rua.

PERCORRENDO AS RUAS: ALGUMAS IMPRESSÕES

A medida em que a pesquisa se desenvolve, cada um de nós conta o que está percebendo e sentindo quando sai às ruas. Esta troca se dá, não só nas reuniões, mas também em conversas informais, cuja freqüência permite avaliar a dimensão que o trabalho trouxe na vida da equipe. A maior parte das questões que levantamos aqui nasceram dessas conversas.

1) Avaliações já existentes: O conhecimento sobre a realidade das crianças que dormem nas ruas é muito fragmentado. De modo geral, as pessoas que trabalham com estas crianças conhecem a fundo a região em que atuam e o grupo com que têm contato. É muito difícil, porém, ter uma noção da totalidade da questão a partir de um trabalho localizado.

2) Localização: As crianças dormem, principalmente, no Centro e na Zona Sul. A intensa vida noturna destas regiões criam maiores oportunidades para ganharem algum dinheiro.

3) Quando dormem: Dependendo do local, dormem em horários diferentes. Em alguns lugares, as crianças só vão dormir às 5 horas da manhã; em outros, dormem no início da madrugada. O trabalho que exercem e a atividade existente no lugar onde dormem deter-

mina o horário de sono. Geralmente, porém dormem muito pouco. E dormem menos ainda quando se "animam" em áreas que possuem um tempo de inatividade muito pequeno — como por exemplo os terminais de transporte.

4) Em que trabalham: São inúmeras as suas ocupações. Vendem amendoim, bala, limão, são guardadores de carros, engraxates, "aviões" (vendem tóxicos), prostitutas; catam papel; pedem esmola; batem carteira; carregam sacolas na feira; lavam carros; vivem do lixo. Enfim, na linguagem deles, o importante é "levantar uma grana", "se virar".

5) Casa e rua: Muitos dormem apenas eventualmente nas ruas. São aqueles que moram longe, precisam trabalhar e não têm dinheiro para voltar para casa todo dia; são os que não podem sair de seu ponto de trabalho, sob pena de perdê-lo; ou ainda os que tentam fugir de uma situação de miséria e violência dentro de casa.

6) Descréditos: Essas crianças já têm uma forma estabelecida de se relacionarem com o "mundo exterior": receber imediatamente algo em troca. A média e longo prazo nunca recebem nada. Nada garante que algo vá mudar para elas.

7) Organização e solidariedade: É muito difícil ver um menor sozinho na rua. Andam, trabalham e dormem em

grupo. Ao mesmo tempo que se organizam em torno da necessidade de sobreviver, brincam, passeiam e tomam banho juntos.

8) Repressão: As crianças de rua vêm o restante da sociedade como uma ameaça, na medida em que, quando são abordadas, a tentativa é sempre a de retirá-las do mundo em que vivem. Nós, freqüentemente fomos assim identificados. Por exemplo, ao falarmos com uma delas na tentativa de que nos dissesse onde ela e outras crianças dormiam, respondeu: "Não vou entregar meus cabras". Mesmo um menino que se propôs a ajudar na pesquisa, em determinado momento disse: "Não vou aparecer na Cinelândia com vocês porque isto vai me prejudicar".

9) Menor e criança: Todos os menores são crianças, o que os distingue das demais é o fato de serem vistos como infratores, em potencial. Ser "menor de idade" é um recorte jurídico: define uma punição diferenciada.

Essas são nossas primeiras impressões. Ainda temos muito o que descobrir pela frente. O que é certo, por enquanto, é que a pesquisa funcionará como denúncia de uma situação limite e que pode vir a subsidiar os trabalhos desenvolvidos junto a essas crianças.

Carla Costa Teixeira e Fátima Viana Mello
são pesquisadoras do Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômicas (IBASE), na área de Indicadores Sociais.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Assinatura de apoio:

Cz\$ 100,00

Fazendo uma assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **CEP:** _____ **Est.:** _____

Telefone: _____ **Profissão:** _____ **Idade:** _____

**Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.**

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

“A Febem é uma instituição falida”

Esta afirmação é de Maria do Pilar Costa Santos em sua primeira entrevista após deixar da Divisão de Menores Infratores, da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem), de São Paulo. Ela fez parte da equipe que tentou implantar na Febem uma política educativa no tratamento do menor. Com a saída, em março passado, de Maria Ignês Bierrembach da direção da instituição, essa proposta ficou seriamente “comprometida”. Maria do Pilar é socióloga, 47 anos, e militou, na década de ‘60 no Movimento de Educação de Base, em Pernambuco.

T e P — Como foi o seu trabalho na Febem?

Maria do Pilar — Eu fui trabalhar na Febem em março de 1984, como responsável pela Seção de Desenvolvimento de Pessoal que faz seleção e treinamento de pessoal para a entidade. Fiquei até janeiro de 1985 nessa função. Depois, fui convidada para assumir a Divisão de Menores Infratores, que coordenava todas as unidades de menores infratores da Febem, assim como, as unidades femininas. Dentro das unidades femininas existe uma de menores infratoras, que não são assim consideradas. São chamadas de “meninas com desvios de comportamento”. Ou seja, a mulher não é infratora, só o homem. A menina tem desvios de comportamento. Embora lá também se encontre meninas que tiveram infrações como homicídios, assaltos, coisas mais pesadas. Em número mais reduzido, é claro.

Inicialmente, assumi a Divisão de Menores Infratores por três meses, até que se encontrasse uma outra pessoa para coordenar esse trabalho. E permaneci até agora, identificando-me muito com um projeto de implantação de diretrizes educacionais dentro da instituição, em que se pudesse trabalhar a questão da liberdade com os meninos, porque a questão da liberdade é uma procura muito forte deles. Quer dizer, o menor infrator tem ainda dentro

FLAVIO IRALA



Maria do Pilar: “a linha de contenção ganhou na Febem”.

dele — não se conseguiu destruir — o valor da liberdade. Ele é muito independente. O menor carente ou abandonado da Febem aceita muito a opressão da instituição; o infrator, não. Ele está sempre procurando uma forma de sair dali. A sua procura de liberdade é uma coisa incrível.

Então, a gente tinha que trabalhar muito essa questão da liberdade. O que é a liberdade? O que significa a liberdade deles e o que significa a liberdade de quem está fora? Exatamente porque quando ele agride ou parte pra cima de uma pessoa, ele não está respeitando a liberdade dela. Isso era uma questão que a gente estava querendo muito trabalhar, mas era muito difícil.

T e P — Por que era difícil?

Maria do Pilar — A dificuldade toda está em você casar a instituição total, que é feita para conter esse menino, com a questão da liberdade. É absolutamente incoerente você trabalhar a liberdade num lugar fechado.

T e P — Você poderia traçar um quadro da situação do menor infrator em São Paulo e, se possível, no Brasil inteiro?

Maria do Pilar — Olha, a nível de Brasil, eu não seria capaz de informar, mas aqui, na Febem de São Paulo, há em torno de 1.500 meninos e meninas infratores. Eles são um pouco menos, mas estou arredondando. E tem cerca de mil menores em liberdade assistida, que são meninos que também cometem alguma infração e que lhes foi dada a sentença de liberdade assistida. Um menino fora, desinternado, mas que conta com a assistência da Febem, através de assistentes sociais, psicólogos, psiquiatra (quando é o caso), que vão lhe atender no seu trabalho, na sua família, na sua comunidade.

Então, acrescendo esses mil menores que estão em liberdade assistida, que tiveram uma infração que não exige uma contenção maior, temos 2.500 menores infratores.

T e P — Qual é a origem sócio-econômica desses menores?

Maria do Pilar — Eu diria exclusivamente das classes pobres. A grande excessão é um menino de classe média ir prá lá porque fez alguma coisa. Geralmente ele faz as mesmas coisas

que os outros fazem, mas os outros, porque são pobres e negros, estão na Febem. Estão lá porque fumam maconha, porque foram apanhados com uma dose de tóxicos, ou seja lá o que for. E quantos a gente sabe que fazem as mesmas coisas e que não são pobres. Mas esses vão pra Suiça, vão pra Argentina, ou outro lugar qualquer. Na verdade, os que estão na Febem, são os negros e os pobres.

T e P — Qual é o índice de negros entre os internos?

Maria do Pilar — Devem ser uns 95%. Negro, às vezes é até menos. Agora, "cor de pobre", aquele pardo, aí são 95%.

T e P — O que isso indica para você?

Maria do Pilar — E o que estou dizendo. O cara é pobre e negro? Então, o lugar dele é na Febem. O menino de classe média tem a Vara de Família para resolver os seus problemas quando os pais estão se separando; o pobre tem a delegacia de polícia. Os pais estão se separando, os pais brigam, o pai é alcoólatra, e não sei o que, e não tem a Vara de Família, é a delegacia.

E tem outra questão: o menino branco de classe média passeia; o negro e o pobre perambulam. Então, nós temos montões de Boletins de ocorrência por perambulação. Agora, quem é que perambula? O pobre, o desprezado. O outro passeia pela rua, bonitinho. O que significa isso? Significa a presença do racismo, significa o acentuado preconceito de classe mesmo.

T e P — Alguns menores infratores tornaram-se muito conhecidos, como o Naldinho e o Wilsinho Galiléia, apresentados pela imprensa como de alta periculosidade. Fale sobre eles.

Maria do Pilar — Quando a gente se refere ao Naldinho e ao Wilsinho, nós os chamamos de infratores, mas para a imprensa, eles não eram infratores, eram bandidos. Foram criados pela imprensa e foram assassinados pela imprensa. Sabe, o Naldinho não tinha nenhum homicídio comprovado. Ele era assaltante.

T e P — Falaram de 22 homicídios...

Maria do Pilar — Três homicídios confessos. Mas nenhum era comprovado. Existem muitos menores que confessaram homicídios não cometidos por eles. Aí entra uma questão muito delicada, que eu não gostaria que fosse abordada nesse nível, que é a questão da impunidade do menor. Isso porque está se tentando baixar a responsabilidade penal para 16 anos, o que eu acho um absurdo. Então, os maiores obrigam os menores a assumirem os seus delitos, porque esses não são responsabilizados criminalmente. E,



VIDAL CAVALCANTE

Naldinho foi "criado" e "assassinado" pela imprensa.

se o menor não fizer isso, ele pode ser liquidado pelo bando. Por isso, existem muitos menores que tem homicídios, mas que não foram cometidos por eles.

T e P — De que infrações são acusados os menores?

Maria do Pilar — Entre os 1.500 considerados infratores, deve haver uns 60 a 80 menores com uma infração considerada mais pesada: homicídio, latrocínio, estupro com morte, ou coisa assim, bem como arrombamentos e assalto à mão armada. Quer dizer, os outros todos são: porte de arma, porte de maconha, furtos — nem roubo, furtos — batida de carteira etc. A grande maioria é de infrações sem vítimas. Eu acho que, se a gente fizer um levantamento, não chegaríamos a 80 menores com uma infração que pediria uma contenção mais forte, mais pesada.

T e P — Os delitos graves têm menor ocorrência entre as meninas?

Maria do Pilar — De fato, ele têm menor ocorrência mesmo. Eu não sei bem porque. Talvez pela própria questão cultural da mulher. Ele é mais guardada, mais reservada.

T e P — Como é engendrado o menor infrator?

Maria do Pilar — Começa quando o povo é expulso das suas terras, das suas origens. As famílias vêm para São Paulo, ou outra grande cidade, e começam a não morar, a não comer, a não trabalhar, a não tudo. Eles não tem nada e precisam sobreviver de alguma forma.

Aí o menor, sem documentação alguma (há toda uma burocracia para tirar a carteira de trabalho, cujos caminhos ele desconhece), entra num mercado de trabalho que é clandestino. Então ele vai vender limão, bala, fruta ou flor, nos sinais de trânsito para um adulto, por que ele não precisa de carteira de trabalho para fazer aquilo. Daí,

para ele começar a puxar um relógio, ou uma corrente, é um pulo. E passa a ter um mercado garantido, o mercado de receptação, que lhe dá pouco mais que nada, mas que ele precisa para comprar alguma coisa para levar para casa, ou para ele mesmo. Daí, para achar pouco um relógio ou uma corrente e passar ao tóxico, a tomar o carro da pessoa, a ficar na porta de um banco aguardando o outro que vai sair com o furto... Quer dizer, é um crescendo de coisas que leva o menino a isso.

T e P — Você acredita que um mercado de trabalho para o menor resolve o problema?

Maria do Pilar — Eu acho que é um conjunto de medidas. Não é só a questão do mercado de trabalho. Precisaria uma política muito mais ampla de educação, que possibilitasse a permanência dos meninos na escola durante o dia todo. Por que não desde que um momento fosse de aprendizagem, de alfabetização, e outro, de profissionalização, de produção, para que o menor já começasse a ter uma remuneração pelo seu trabalho?

É também uma questão estrutural, uma questão política mais ampla. Não podemos pensar que, se hoje abre o mercado para o menor, já está resolvendo o seu problema. Ele tem que ser capaz de competir no mercado de trabalho. E quem vai dar essa capacitação para ele? Também, um investimento no menor não deveria ser visto apenas como medida preventiva, mas como uma medida de aproveitamento do potencial que são os nossos jovens — mais de 60% da população brasileira é menor de 19 anos.

T e P — Como você vê nisso tudo uma instituição como a Febem? Ela está aparelhada para cuidar desse menor?

Maria do Pilar — Eu acho que a Febem é uma instituição falida. Não é isso que vai resolver. É uma instituição

que trabalha no terminal e enquanto não existir algo que evite esse terminal, não vai resolver. O que vai acontecer é que vamos ter uma cadeia de menores. O problema é anterior e posterior à Febem. Ela existe aí como uma pílula, um remédio que não é eficaz.

T e P — Há claramente duas linhas dentro da Febem: os que têm um projeto educacional e os que defendem a contenção. Com as recentes demissões, como fica a proposta educativa?

Maria do Pilar — Ela está comprometida. Na verdade, eu acho que a linha da contenção ganhou. Você consegue ver um menino facilmente. Coloca essa molecada dentro da instituição e põe um cabo de vassoura na mão de cada funcionário: "Levantou, leva". Isso aí é fácil, qualquer um faz. Além disso, havia uma enorme pressão social contra o trabalho mais aberto que estava se propondo.

T e P — Qual foi o papel dos programas radiofônicos policiais nisso tudo?

Maria do Pilar — Eu vejo que esses programas, como os de Afanásio Jazadji e Gil Gomes, têm uma grande parcela de responsabilidade não só em relação ao menor, mas em toda a respeita violenta que a população tem dado contra os marginais. Os linchamentos são um exemplo disso. Eles usam a influência do rádio para fazer a cabeça da população.

T e P — Na questão do menor, quais são as suas esperanças quanto à Constituinte?

Maria do Pilar — A minha esperança é que a gente possa tratar a questão do menor não como uma questão policial, mas como uma questão estrutural mais ampla mesmo. A gente precisa ter uma política educacional mais voltada para o adolescente, para o jovem brasileiro.

Eu acho que não deveria existir dentro da Constituinte algo para o menor infrator, e sim para o menor do Brasil, em geral. Então, para mim, não é preciso existir Febem. O problema tem que ser atacado antes que o menino chegue na Febem. Tem que ter trabalho, tem que ter as reformas de base. Por exemplo, a reforma agrária, a fixação da família no campo. A formação dos jovens tem que ser feita na sua origem.

Nós temos que ser muito responsáveis com a nossa geração futura. A gente tem que saber construir essa geração. Nós não podemos desprezar essa molecada dentro da instituição. Isso é falta de vergonha da gente.

(Entrevista concedida a Flávio Irala, José Pedro S. Martins, da Agência Ecuménica de Notícias, e Orlando Joia, coordenador do Programa de Educação e Escolarização Popular do CEDI).

Silêncio na Febem

Emir Sader

A gestão de Maria Ignês Bierrembach na Febem de São Paulo foi alvo de uma imensa campanha de oposição, que reuniu forças aparentemente dispares, mas que tinham em comum a desestabilização daquela administração. Nela se uniram os fomentadores de políticas mais repressivas no jornalismo, como Afanásio Jazadji, Gil Gomes, Percival de Souza, políticos cujos feudos clientelistas foram afetados por aquela gestão — dentre os quais se destacou o deputado Wagner Rossi — assim como outros deputados costumeiramente ligados a uma concepção policial do processo social, como Sidney Palácios.

Contando com uma correlação de forças sociais predominantemente favorável à reprodução da política de estigmatização, segregação, internação e violência em relação aos menores que a Justiça considera infratores, esses setores conseguiram criar condições que frearam os avanços que a gestão de Maria Ignês Bierrembach havia conseguido implementar. Resultado obtido com a colaboração de outros setores que, reivindicando os interesses dos menores, na realidade não souberam identificar os inimigos fundamentais para a democratização dos problemas de segurança pública, colocando costumeiramente diferenças secundárias no centro dos debates e ajudando assim a tarefa daqueles que se rejubilaram com o fato das experiências iniciadas na Febem terem terminado com a demissão solicitada por Maria Ignês.

Um mês depois, muita gente se pergunta: por que a Febem saiu das manchetes dos jornais? Será que o assassi-

nato de Naldinho, junto com a saída de Maria Ignês e padre Agostinho da Febem, resolveram o problema dos milhões de menores abandonados e daqueles considerados infratores?

Afinal, houve apenas uma fuga de menores da Febem noticiada pela imprensa desde então. Ninguém mais grita sobre os problemas da Febem, nem na imprensa, nem em entidades que pretendem defender os menores. A Comissão de Inquérito solicitada pelo deputado Wagner Rossi, que deveria estar em pleno funcionamento, ao que tudo indica foi cancelada.

O que acontece na Febem? Se a escalaada de fugas foi interrompida, um de dois: ou mudaram os métodos, com a implementação de formas de contenção mais violentas — como tantos setores da opinião pública pediram — ou então as sabotagens de setores atingidos nos seus interesses escusos deixaram de existir.

Setores que afirmam defender os direitos dos menores também subitamente se calaram. Ou se alinharam com as tendências que vão se afirmando na nova administração ou tinham solidariedades escusas com setores atingidos pelo processo de democratização e combate à violência posto em prática pela direção anterior. A chamada "grande imprensa" — confirmado que as notícias não passam de mercadorias na sociedade capitalista, que interessam pelo que vendem, seu valor de troca, e não pela informação que contêm, seu valor de uso, aboliu o tema dos menores de suas preocupações, atitude compreensiva naqueles que vivem oficialmente da exploração da criminali-

dade, mas reveladora em órgãos que se pretendem liberais e independentes, levantando mais suspeitas sobre empresas jornalísticas que editam, ao mesmo tempo, um matutino de cara progressista e outro que vive dos mais baixos sentimentos da população.

Um mês é pouco para avaliar uma administração. No entanto é um tempo qualitativamente precioso, se pensarmos que, em máquinas emperradas como a da administração pública e repletas de interesses criados como a da Febem, o que não se faz no início, dificilmente se poderá fazer depois. E infelizmente, os sinais das primeiras semanas não são alentadores: endurecimento nos métodos de tratamento dos menores, segundo testemunho de alguns, sistemática retomada da violência, segundo outros; desmantelamento de algumas das melhores equipes de trabalho organizadas na gestão anterior; nomeações e promoções quantiosas, entre as quais se encontra o retorno de personagens que simbolizaram o pior tempo da ditadura na Febem.

Os tempos eleitorais podem levar à imposição de um binômio terrível: a diretiva de "nenhuma fuga, a qualquer preço que seja", e o clientelismo, até que se fechem de novo as contratações, na metade do ano. Tomara que não. Tomara que sob o silêncio que pairou sobre a Febem, a transparência da gestão de Maria Ignês não seja substituída por uma ordem autoritária renovada.

Emir Sader: é professor de Política da USP e membro da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Rubem Alves

O gambazinho que não sorria

Era uma vez um gambazinho feliz que vivia numa árvore da floresta. Seu nome era Cheiroso.



Os outros bichos o achavam diferente e diziam:

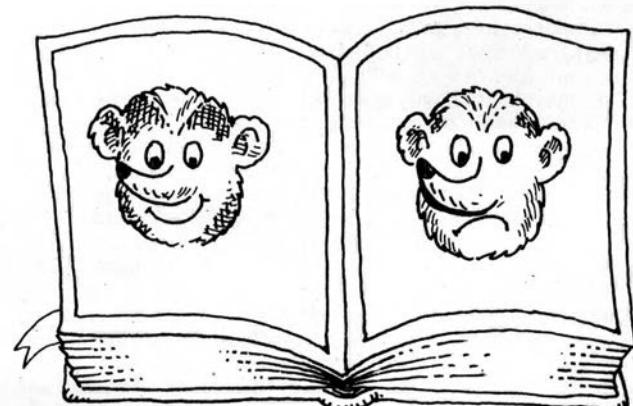
“Como deve ser estranho o mundo de Cheiroso, todo de cabeça para baixo”. Cheiroso também achava diferente o jeito dos outros bichos e pensava: “Como deve ser estranho o seu mundo, todo de cabeça para baixo”. Todos sorriam, cada um a seu modo, e viviam em paz, sabendo que cada um vê o mundo como pode e como gosta, e ninguém tem nada com isto.

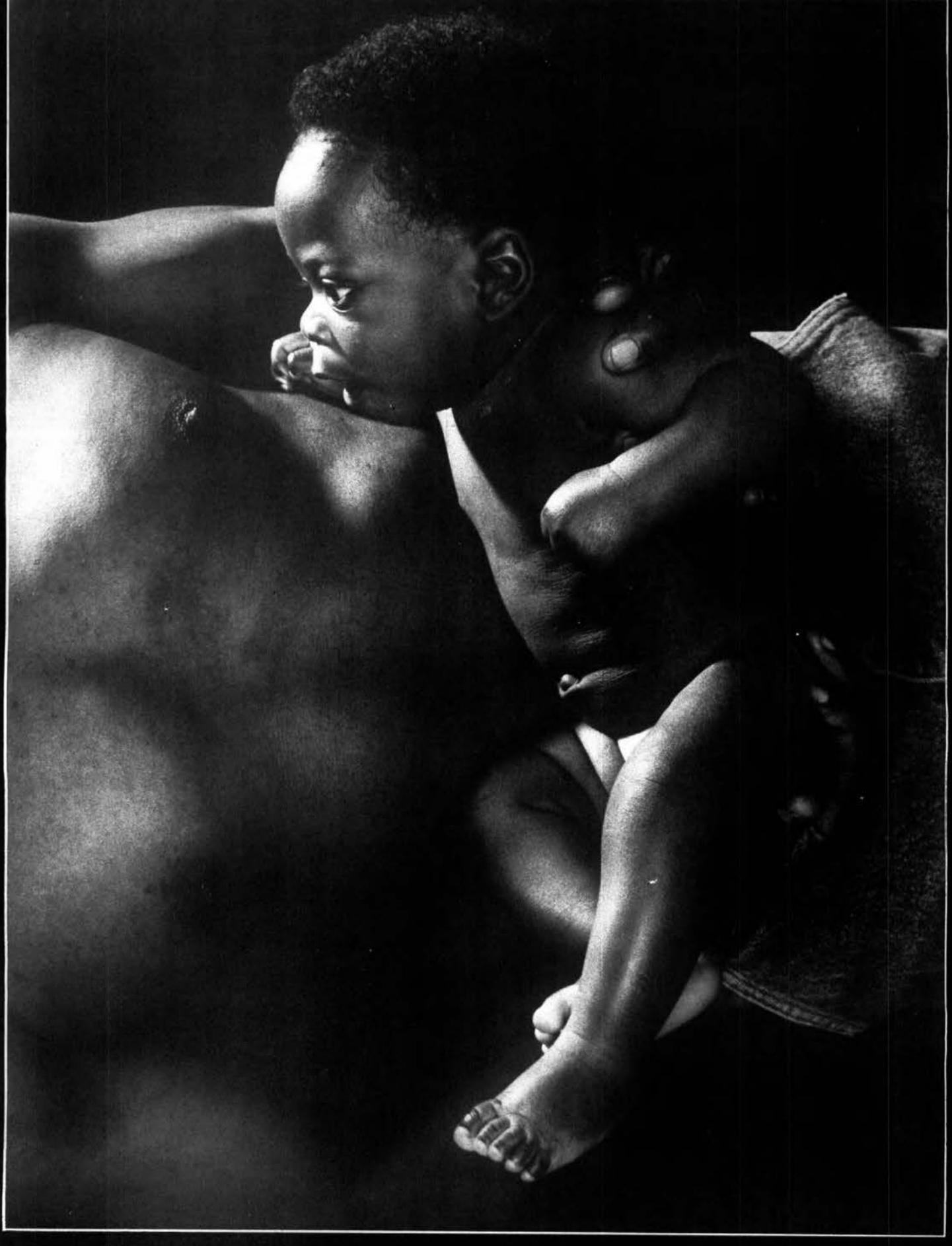
Havia, na cidade, pessoas que haviam ido à Escola e tirado diplomas em “Como fazer os bichos felizes”.

— Os bichos são infelizes porque são ignorantes — eles diziam. — Eles não sabem o que é bom para eles. Mas nós aprendemos na escola. Portanto, se eles fizerem o que mandamos, serão felizes.

E assim partiram para a floresta, à procura de bichos infelizes que pudessem ser transformados em bichos felizes.

*Viram o Cheiroso numa árvore e perguntaram:
“Este gambá é feliz?” Como não soubessem a resposta
abriram os seus livros e encontraram lá: “Um gambá
feliz é um gambá sorridente. Um gambá sorridente tem a
boca em meia lua, com as pontas voltadas para cima.
Um gambá não sorridente tem a boca em meia lua, com
as pontas para baixo”*





DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO E JEJUM PELA ÁFRICA DO SUL

16 DE JUNHO DE 1986

SOWETO — 10º ANIVERSÁRIO

Compararam as figuraç com a boca do Cheiroso e concluíram: "Este gambá não está feliz". Eles não perceberam que Cheiroso estava pendurado pelo rabo, e tudo estava de cabeça para baixo, até seu sorriso...

Abriram então um grosso livro com o título: "Receitas para fazer um gambá sorrir". E lá encontraram a receita n.º 1: "Leve o seu gambá ao parque de diversões".

Como não era possível trazer o parque de diversões até a floresta, trataram de levar o Cheiroso até ele. Arrancaram a árvore inteira, Cheiroso pendurado pela cauda, e o levaram para a cidade, num caminhão... Mas a boca de Cheiroso não se alterou: continuou a sorrir, de cabeça para baixo. E eles concluíram: "Ele continua infeliz". Passaram então à receita n.º 2: "Leve o seu gambá para assistir um programa de televisão".

A boca de Cheiroso continuou do mesmo jeito. "Ele continua infeliz", exclamaram.

Receita n.º 3: "Leve o gambá para ver uma parada militar".

Cheiroso não se alterou. Sua boca continuou do mesmo jeito.

Os três já haviam perdido as esperanças quando viraram a página da última receita: "Leve o gambá para fazer compras de Natal".

Aí a boca do Cheiroso foi entortando, entortando, entortando ...
E ele ficou triste.

"Vejam, vejam", gritaram os especialistas em fazer os bichos felizes. "Conseguimos, conseguimos! Ele está sorrindo..."

E saíram correndo para contar pra todo mundo, e fizeram festas, e foram à TV para contar como é que haviam conseguido fazer o gambá sorrir, e escreveram livros sobre "Como fazer sorrir o seu gambá", e abriram escolas, e deram diplomas, e se elegeram deputados e presidentes...

O que aconteceu com o Cheiroso? Bem, eles ficaram tão felizes por terem conseguido fazê-lo feliz que se esqueceram dele. O caminhão de lixo passou e o levaram para um lixão. Lá ficou ele, sozinho, em meio àquelas coisas que se encontram em depósitos de lixo...

Aí veio um menininho, sorridente, e olhou para Cheiroso. Ele não entendeu a carinha do gambá, mas compreendeu que, se quisesse entendê-lo, teria de ficar também de cabeça para baixo. Plantou então uma bananeira. E ficou ali, sorridente, olhando para o Cheiroso, os dois de cabeça para baixo.

Cheiroso não resistiu. Voltou a sorrir de novo.

O menininho então colocou o Cheiroso e a sua árvore na traseira da sua bicicleta (tudo é possível nas estórias para crianças...) e o levou de volta para a floresta. E todos foram muito felizes, como haviam sido...



Marina Bandeira na Funabem: “fazer o possível” pelo menor

Uma destacada leiga católica, Marina Bandeira, ex-dirigente do Movimento de Educação de Base e da Comissão Brasileira Justiça e Paz, assumiu, em 21 de março passado, a presidência da Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). Nesta entrevista, a primeira depois de assumir seu novo cargo, ela afirma que vai lidar “direta e oficialmente, a nível nacional, com a tragédia vivida, dia a dia, por uma alta percentagem de crianças e adolescentes em condição irregular no Brasil” e diz que vai “fazer o possível” para remediar essa situação.

T e P — Em que contexto você situa a questão do menor carente no Brasil?

Marina — O problema das crianças e adolescentes em situação irregular se situa dentro de um quadro de verdadeira calamidade pública, o qual tem sua origem num passado distante mas que se agravou, inegavelmente, nos 21 anos de Governo Militar. Tenhamos em mente algumas das consequências práticas do modelo político-econômico autoritário, eminentemente centralizador: o agravamento da concentração da propriedade rural nas mãos de um

número cada vez menor de proprietários, e o consequente êxodo de pequenos proprietários, sitiantes, posseiros, tangidos para regiões mais distantes de suas terras de origem, tangidos até para países limítrofes, ou então tangidos, em busca de sobrevivência, para cidades grandes; o estímulo à “inchação” das grandes cidades, estas, por sua vez, sem possibilidade de absorverem os novos contingentes populacionais que a elas chegam sem cessar.

Os recém-chegados vão morar em bairros cada vez mais distantes de seus locais de trabalho e os gastos com transporte crescem enquanto aumenta o desgaste de suas energias, de sua saúde. Além das carências físicas e materiais, os migrantes sofrem, também, as consequências emocionais da desagregação dos laços de família e de vizinhança, sofrem as consequências da desagregação do tecido de relações sociais, do rompimento dos laços de solidariedade humana que normalmente deveriam contribuir para fortalecer a identidade pessoal e do grupo primário de relações.

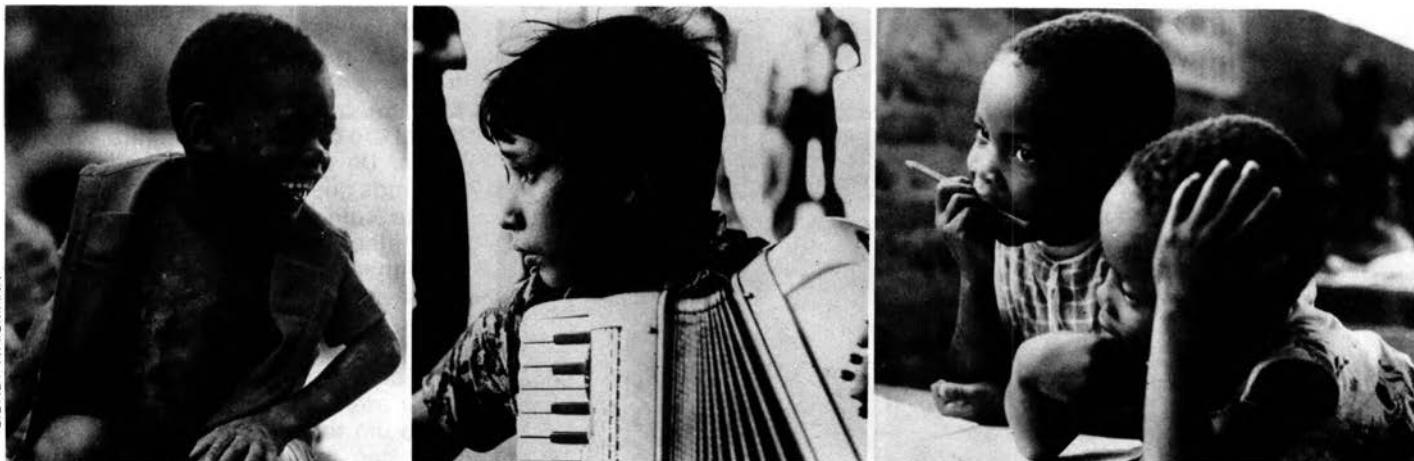
A verdade é que o Brasil neste século, especialmente na década de 30 e ni-

tidamente depois de 1964, sofreu — e ainda sofre — os resultados de migrações internas em escala de verdadeira hecatombe, silenciosa, mas, em suas proporções e consequências sociais, equivalente a uma verdadeira e extensa guerra armada. Ora, nenhum de nós ignora que, em situações de calamidade dessa escala, os que mais sofrem são os idosos e as crianças.

T e P — O que fazer diante dessa situação?

Marina — É claro que a raiz dos graves problemas aqui rapidamente ilustrados está nas estruturas sócio-econômicas injustas. Mas, o que fazer hoje? Cruzarmos os braços e aguardarmos dias melhores, em futuro impreciso, quando as estruturas injustas tiverem sido superadas? Ou, então, tentar hoje alguns gestos de solidariedade humana, tentar organizar, ao menos, uns “prontos-socorros” para atender a situações de emergência? Eu opto pela segunda posição: fazer hoje o possível, sem fechar as portas para soluções melhores que poderão vir amanhã. Refiro-me, no caso, ao meu trabalho na Funabem.





T e P — Quantas são as crianças e adolescentes em situação irregular no Brasil?

Marina — A OEA calcula entre 25 a 30 milhões o número de crianças abandonadas ou filhos de famílias de baixa renda. A Unicef refere-se a cerca de 28 milhões. A Funabem fixa o número em 25 milhões. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito apontou 32 milhões, cifra esta equivalente à população da vizinha Argentina.

T e P — O que é a Funabem e quais os princípios que orientam a sua atuação?

Marina — A Funabem foi criada pela Lei 4.513, aprovada no Congresso Nacional, em 1º de dezembro de 1964, como um órgão eminentemente normativo, com a finalidade de formalizar e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. A Funabem nasceu, portanto, com caráter normativo, enquanto que às FEEMs (estaduais) caberia a execução do atendimento.

Ao se passar, agora, os olhos pelos documentos normativos da Funabem, é surpreendente ver a constância na afirmação dos princípios básicos que deveriam orientar a entidade. Entre esses princípios destaco alguns dos que são mais repetidos nos referidos documentos:

1) Promover a realização de estudos, inquéritos e pesquisas para o desempenho da missão que cabe à Funabem.

2) Mobilizar a opinião pública no sentido da imprescindível participação de toda a comunidade na solução dos problemas do menor.

3) Ver que nos estímulos do amor e da compreensão repousa o desenvolvimento harmônico do menor, e têm eles sua melhor expressão na família.

4) Apoiar as famílias para que estas venham a ter condições de assumir seus filhos, ou, nos casos extremos,

manutenção do menor em famílias substitutas.

5) Só admitir o internamento, em última instância.

6) Os programas deverão ser realizados diretamente por organismos locais, existentes ou criados para esse fim, nos níveis municipal, inter-municipal ou estadual.

Na prática, porém, circunstâncias históricas no Governo Militar, bem como situações locais, levaram ao adiamento da realização desses princípios básicos. Ao herdar atribuições do antigo SAM — Serviço de Assistência ao Menor, no estado do Rio de Janeiro, a Funabem tornou-se responsável também pelo atendimento direto de crianças e adolescentes, tanto no Rio de Janeiro, com 15 unidades, quanto em Minas Gerais, com 3 unidades. Hoje, a entidade responde pelo atendimento direto, em seus estabelecimentos, de cerca de três mil crianças e adolescentes, com o custo calculado por criança, em média, de quatro salários mínimos ao mês.

T e P — Qual a origem dos menores que se encontram nos estabelecimentos da Funabem, no Rio de Janeiro?

Marina — Segundo os dados que pude reunir, são oriundos, principalmente, dos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

T e P — Que diretrizes pretende seguir em sua gestão?

Marina — É minha intenção obedecer as normas básicas da Funabem que determinam que a sua finalidade é implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Desse modo, teremos que viabilizar a proposta, estudada por gestões anteriores da entidade, de transferir para outros níveis da administração pública a responsabilidade pelo atendimento direto de crianças e

adolescentes, atualmente sob a guarda da Funabem. Nesse sentido, faço duas afirmações: primeiro, todos os estudos e soluções procurados terão em vista os interesses das crianças; segundo, caso a transferência venha a se concretizar, os funcionários da Funabem que atuam nos estabelecimentos de atendimento direto, terão todos os seus direitos funcionais respeitados. Refiro-me aqui a direitos trabalhistas no que diz respeito a níveis salariais e estabilidade.

Se faço essas informações, é porque conto com a colaboração de um Governo Federal que afirma ser sua prioridade a atenção "aos pobres dos mais pobres", bem como do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que inclui entre suas prioridades o atendimento às crianças das famílias de baixa renda.

T e P — A atual Política Nacional do Bem-Estar do Menor é suficiente para a solução do problema do menor?

Marina — Urge repensá-la. No meu entender, o caminho para a busca de soluções passa por um debate, no qual o ponto central é o papel das instituições públicas. Torna-se necessário envolver órgãos públicos e privados, associações comunitárias, religiosas e a confessionais, toda a Nação, nesse amplo debate. Trata-se de envolver, principalmente, como agentes ativos, aqueles que, de há muito, vêm respondendo, a nível local, às necessidades de seus filhos menores.

Não esperem, contudo, que a Funabem dê algum sinal de partida para esse debate. Ele precisa ser assumido por toda a sociedade brasileira. E que sejam remetidas para a Funabem as críticas e as sugestões. A entidade se compromete a receber essa forma vital e imprescindível de colaboração e a examinar a viabilidade de cada suges-



tão, tendo em vista o interesse de todos — o bem comum.

A verdade é que a sociedade civil se organizou ao longo destes anos difíceis e, em geral, ultrapassou, com generosa coragem e eficiência, aos programas do Governo. Compete à Funabem reconhecer, portanto, o êxito de muitos programas desenvolvidos por diferentes comunidades em todo o Brasil, atender às suas necessidades, na medida do possível, e contribuir para a efetiva ultimação de suas ações. São numerosas essas experiências de apoio a "meninos e meninas de rua": as pastorais do menor das arquidioceses de São Paulo e Rio de Janeiro — esta uma experiência mais recente e em plena expansão — e o movimento "Alternativas Comunitárias de Atendi-

mento a Meninos e Meninas de Rua", com sede em Belém do Pará, que já conta com uma comissão nacional.

T e P — Pelo seu conhecimento, é grande o peso estatístico dos chamados "menores infratores"?

Marina — Sei que "menores infratores" é uma expressão que põe no mesmo saco tanto os que pulam a "borboleta" ou catraca do metrô ou roubam uma fruta, quanto os que assaltam bancos ou cometem assassinatos.

Segundo dados divulgados pela Feberm de São Paulo, em dezembro de 1985, os que cometem infrações realmente graves, não representavam mais do que 3% das 50.000 crianças assistidas por aquela instituição. No Brasil como um todo, o número de crianças ditas "infratoras", é de apenas 5.972.

Sei que os menores estigmatizados como "carentes", "abandonados", "infratores", têm ou tiveram família. Sei, também, quais são as consequências do estado de pobreza absoluta em que vivem. De cada dez dessas famílias, sabemos que quatro contam exclusivamente com o trabalho precioso dos seus filhos para compor seu sustento. Em cima desse quadro, jogue-se o problema do desemprego.

Sei, também que a quase totalidade das crianças atendidas pela Funabem são negras. Essa questão exige a maior atenção por parte da sociedade como um todo e, particularmente, por parte das entidades ligadas aos movimentos negros, ao Ministério da Cultura.

Quanto às unidades do sistema de atendimento direto da Funabem, é indispensável que se aperfeiçoem os mecanismos destinados a ouvir as críticas, sugestões, aspirações das crianças, integrando a voz dessas crianças e adolescentes por nós abrigados, com vistas a assegurar que sua experiência de vida chegue aos mais altos níveis de decisão da entidade.

T e P — Qual a sua expectativa em termos de apoio?

Marina — Depois do que foi aqui exposto sobre a complexidade da situação das crianças consideradas em situação irregular no Brasil, salta aos olhos que nem a Funabem, nem as entidades conveniadas, nem os projetos alternativos poderão, sozinhos, resolver esse problema, acabar com essa tragédia.

Trata-se de situação de calamidade pública que tem que contar com a compreensão, o apoio, a colaboração de todos os brasileiros. Neste sentido, cito palavras de dom Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB e responsável pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1979. Diz dom Luciano: "O Brasil se reencontrará, se reconciliará consigo mesmo no momento em que der prioridade à criança, como símbolo e ponto de partida para a prossecução da dignidade de toda pessoa humana. Se não pudermos conseguir — e isto é prioritário — que a família de origem seja diferente, sejamos a família para nossas crianças sem lar".

Para finalizar, tendo diante de nós uma tarefa de tremenda grandeza, corro às palavras de Fernando Pessoa e digo: "Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena".

"Fiel à palavra dada e à idéia tida. Tudo o mais é com Deus!"

(Entrevista concedida a Derni Azevedo)

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 30,00

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Menor: causa genuinamente cristã

Zeni de Lima Soares

Um gigante de oito milhões e quinhentos mil km² de extensão territorial, com seus 130 milhões de habitantes, está enfermo. É que 36 milhões dos seus filhos e filhas menores de 18 anos não têm moradia, alimentação, cuidados de saúde, educação, trabalho, lazer, participação, cidadania, alegria, afeto. Padecem maus tratos e agressões por parte dos adultos, violência, fraqueza, baixo rendimento escolar, mudanças constantes de um lugar pro outro, desenraizamento, perda de identidade e muitos outros males.

E enquanto o gigante (que se diz cristão) dorme sem se dar conta do mal que o acomete, esses milhões de mutilados sociais não têm os seus direitos mais elementares respeitados e garantidos e já perderam até mesmo a dignidade de serem chamados de crianças e adolescentes. Passam a ser rotulados de "menores", nome que carrega várias outras adjetivações pejorativas e preconceituosas: "pivete", "malandro", "trombadinha", "marginal", "vagabundo", "desqualificado", etc. e tal.

E a espiral da morte se instala e engole diariamente mil desses menores que morrem antes de completar um ano de idade. Além disso, rouba a infância de outros milhares e milhares, que passam a trabalhar para sobreviver a partir dos cinco anos.

Afinal, quem são esses meninos e meninas?

UM DIA-A-DIA DE MORTE

Esses meninos e meninas, juntamente com suas famílias desassistidas e desprotegidas, são o produto de um sistema injusto que privilegia os "grandes" e esmaga os "pequenos", pior ainda, alimenta-se deles. Seu dia começa cedo e passa, invariavelmente pela fome, violência, desrespeito, humilhação, exploração e morte. Passa também, invariavelmente, pelas mãos da polícia e por longas caminhadas até o lugar que restou para ganharem a sobrevivência: a rua. Nela vendem santi-

nhos, doces, flores, amendoim, biscoitos; nela são engraxates, limpadores de pára-brisas, guardadores de carro, vidreiros, domésticas, jornaleiros, carteiros, empacotadores, carregadores, pedidores de esmola, puxadores de cordão, catadores de lixo, papelão, jornal.

Essas crianças não têm escola regular. Não têm comida. Não têm afeto. São filhos e filhas dos pobres que moram nas favelas, nos cortiços, nos alagados, nas ruas, nas improvisações. Na sua maioria, negras. São freqüentemente castigadas, espoliadas, saqueadas, maltrapilhas, desconfiadas, pois aprender tudo sozinhas na vida, a duras penas. Senão, vejamos:

CRUZAMENTO DE AVENIDAS, 15 HORAS:

I., 9 anos, chora e se contorce no gramado próximo a um semáforo. R., a irmã de 7 anos, trabalha. Esgueira-se ágil entre os carros e tenta conseguir os Cz\$ 25,00 para a compra do botijão

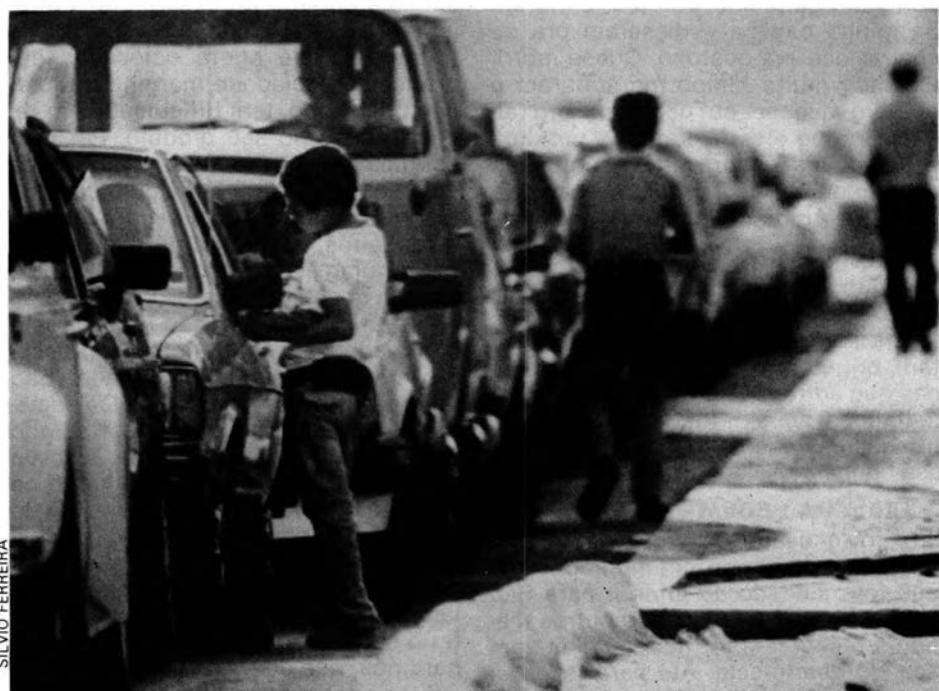
de gás que acabou. É a condição pra poderem voltar pra casa.

I. e R. estão no semáforo desde às 8 da manhã e não conseguiram nem a metade do dinheiro. Não comeram nada naquele dia nem beberam água, apesar do sol fortíssimo. O choro e as contorsões de I. são devido ao calor e à fome, que provocaram forte dor de cabeça e de estômago.

Os carros passam adiante, na certa carregando muitos cristãos e cristãs. Mas o fosso social é tão grande que impede que as pessoas percebam que uma criança chora de dor e de fome naquele momento, a apenas um metro e meio da avenida.

PRACA DA MATRIZ, MANHÃ:

M. chegou com a cabeça completamente raspada. Usava um gorro pra disfarçar. M. tinha um cabelo bonito, todo encaracolado. Perguntado sobre o que tinha acontecido, explicou: "eu estava brincando perto da favela onde moro. Era quase noite. Os gambé (poli-



Batalhando a sobrevivência na rua.

SILVIO FERREIRA



Menores numa cela da Febem-SP.

ciais que na certa se dizem cristãos) chegaram e foram falando: é você mesmo que a gente tá procurando! Perguntei por que e eles disseram que eu era cheirador de cola e que tinha aprontado com eles. Disse que não, que trabalhava pra ajudar minha mãe e meus irmãos, mas não adiantou. Eles me pegaram, puseram dentro do carro e ficaram dando voltas comigo até bem noite. Depois, pegaram no porta-luvas do carro um saquinho de cola, enfiaram na minha cabeça e disseram pra eu cheirar que era gostoso. Quase morri. Passado muito tempo me soltaram e falaram que se eu contasse pra alguém o que eles fizeram, da próxima vez eles me quebravam. A cola não desgrudou do meu cabelo e aí eu tive que cortar tudo de qualquer jeito.

PRAÇA DA SÉ, 23 HORAS:

Um ônibus passa num ponto combinado com as crianças de rua que são levadas para um local onde se alimentam, brincam, dormem. Entre as crianças que entram no ônibus está F., aparentando 9 anos de idade. F. já foi prostituída, mas quem vê não diz: ela ainda usa chupeta!

CELA DA FEBEM - SÃO PAULO

J.B. foi acusado de partilhar de uma tentativa de fuga. É um menino frágil, que foi mandado do interior para São Paulo. O castigo que J.B. e outros menores receberam foi ficar 20 dias sem sair do quarto-cela. Até para fazer as necessidades fisiológicas era complicado.

J.B. avisou pros amigos: não agüento mais, vou me matar.

Os avisos foram dados, mas nenhuma providência foi tomada. E J.B. foi encontrado morto. Enforcou-se num lençol amarrado às grades da janela, a uma altura quase impossível de se alcançar...

E como I., R., M., e J.B. há outras 600 mil crianças, só nas ruas da cidade de São Paulo, sendo vitimadas pelo sistema gerador de miséria, pela intolerância e inadequação de formas de tratamento até agora colocadas em prática. A sociedade marginalizadora, como um todo, tem dificuldade em reconhecer-se no seu produto. Por isso estigmatiza os menores e os coloca como caso de segurança pública. Muitas vezes a polícia é instada a realizar verdadeiras operações de limpeza pública, como as operações "pente fino", "papai noel", "arrastão", "varredura" etc — e os menores são recolhidos e confinados em instituições repressoras, de maneira indiscriminada. São afastados do convívio social. E a sociedade, com esse seu produto afastado dos seus olhos passa a viver sem ou pelo menos com o seu sentimento de culpa atenuado. E tem a impressão de que o mal não existe e tudo foi resolvido. Acontece que afastar assim as crianças dos lugares por onde circulam as pessoas ditas "de bem" é abafar o seu maior grito profético: "olhem para nós, nós queremos viver".

E se a resposta da sociedade marginalizadora é a da repressão, da omis-

são, a do não assumir aquilo que ela mesma produz, há também outro caminho que deve ser o caminho trilhado pelos cristãos e cristãs de fato: o compromisso. Por que este deve ser o caminho dos cristãos e cristãs genuinos?

O CHAMADO DO COMPROMISSO

Jesus Cristo, ao longo de todo o Evangelho, evidencia a preferência pelo empobrecido, pelos pequenos. Passa a maior parte da sua vida no meio do povo pobre. Cura os doentes, acolhe os marginalizados e os desconsiderados, consola o aflito, ensina ao humilde as belezas do Reino. Assume como projeto de vida a evangelização dos pobres, o anúncio da libertação aos cativos, a recuperação da vista aos cegos, a restituição da liberdade aos oprimidos e se faz assim o hoje de Deus acontecendo: é o tempo da graça que chega.

E diante das crianças, duas vezes oprimidas: por serem crianças e por serem filhas dos pobres, assume a postura de quem acolhe, de quem cria uma solidariedade que se faz presença questionadora e libertadora.

Hoje, os cristãos e cristãs são chamados a assumir esta prática de Jesus Cristo, prática acolhedora, solidária, corajosa, nova. São chamados a colocar seus espaços físicos e afetivos à disposição e ao serviço do menor; são chamados a fazer, numa ação pastoral ecumênica, comunitária, integral e integradora, o hoje de Deus acontecer e o ano da graça finalmente chegar para os milhões de meninos e meninas oferecidos em holocausto aos deuses da morte, todos os dias.

E esta ação ecumênica, comunitária, integral e integradora deverá atingir tal nível de organização que provoque uma mudança de mentalidade quanto aos valores prioritários da sociedade, com as consequentes transformações estruturais inadiáveis. E esta sociedade transformada, em vez do consumismo e do egoísmo com vistas ao lucro de pequenos grupos privilegiados passará a priorizar a dignidade da pessoa humana.

E os cristãos e cristãs comprometidos passarão, necessariamente, por uma eficaz conversão.

E teremos sido salvos pelas crianças...

Zeni de Lima Soares é pastora da Igreja Metodista e membro da Comissão Ecumônica da Pastoral do Menor de São Paulo e da Comissão Nacional do Movimento "Alternativas Comunitárias de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua".

Evolução do tratamento do menor

Tomiko Born

26 de março de 1986: As notícias da morte de "Naldinho" ocupam manchetes de jornais: 16 anos, acusado de estupros, homicídios e roubos a bancos, várias vezes internado na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) em São Paulo, foragido desde 5 de novembro último, seu corpo com quinze tiros foi encontrado no Rio de Janeiro. Algumas palavras ditas a um repórter em outubro do ano passado: "Eu quero parar com essa vida, porque não tem futuro".

Suas palavras me soam tão conhecidas. Sua biografia, seu fim trágico parecem repetir a vida de Wilsinho Galileia, morto num confronto com a polícia paulista, aos 18 anos e meio, na década de 70, igualmente iniciado na vida do crime com 10 anos e pouco, várias passagens pelos órgãos de repressão.

Esses são alguns casos que se tornaram famosos em São Paulo. Quantos outros tiveram semelhante trajetória, da "periferia da miséria", como se referia um presidente da Febem-SP aos bairros onde mora a população pauperizada da Capital e adjacências, passando por unidades da Febem até ter uma morte trágica precoce. Quantos outros não começaram roubando uma gaiola de passarinho e hoje fazem carreira no mundo do crime, cumprem pena num estabelecimento penal ou terminaram sua vida nas mãos da polícia ou numa briga entre quadrilhas?

Parece servir bem a esses jovens a expressão "wasted generation" (geração desperdiçada) utilizada pela revista americana "Time", como título de um artigo publicado em 11 de setembro de 1978. Nele, o articulista falava em tons alarmantes sobre o aumento de menores carentes e infratores, num violento contraste com o milagre econômico.

TRATAMENTO INSTITUCIONAL

Não se pode falar da evolução do tratamento do menor no Brasil sem mencionar a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, logo

após o golpe de 1964. Sua criação, com o objetivo de implantar a política nacional do bem-estar do menor marcava a presença do Estado na assistência do menor, em dimensão nunca antes registrada.

Suas diretrizes, tais como: atender o menor através da família, internar só em último caso, transformar instituições em unidades que reproduzissem um lar, ênfase em programas preventivos, pareciam a muitos técnicos como sinais esperançosos de que nesse setor, possibilitando a substituição do assistencialismo vigente, por uma orientação alicerçada em conhecimentos científicos, estava sendo aberto um caminho para melhorar as condições de vida da população de baixa renda no território nacional.

Na verdade, o tratamento que vinha sendo dispensado ao menor carente ou infrator, tanto por órgãos do Estado, como por instituições privadas, estava longe de ser satisfatório. Castigos físicos, humilhações, exacerbado do sentimento de culpa, sentimentalismo, ignorância da realidade psíquica e sócio-cultural da criança e do adoles-

cente assistidos acabavam criando seres humanos revoltados ou portadores de profundas marcas da institucionalização.

Numa visita realizada no início da década de 60 a uma instituição religiosa em São Paulo, lembro-me bem da fotografia do "benfeitor", com ar sizado, pendurada na parede do refeitório e do silêncio imposto às crianças em idade pré-escolar e escolar, na hora da refeição. A encarregada da instituição relatava-me com orgulho que o castigo físico não era adotado e que os problemas disciplinares eram resolvidos na base da conversa. Dessa forma havia tratado de um menino que quebrara uma vidraça, mostrando-lhe quanto grande era o empenho da diretoria para cuidar de crianças abandonadas como ela e, no entanto... Noutra ocasião mostraram-me um dormitório de uma instituição em Goiás, onde dormiam os "bombeiros", isto é, crianças sofrendo de enurese. No ar divertido dos dirigentes notava-se um pouco caso aos graves problemas dessa criança.

Pior ainda era a situação do menor infrator em instituições corretivas, ge-



Corredor de um pavilhão da Febem/Tatuapé (SP).

ralmente internados em abrigos superlotados, sem tratamento adequado das necessidades físicas e psíquicas. Mário Altenfelder, médico, o primeiro presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (cargo que ocuparia por vários mandatos), retratava de forma dramática as condições sub-humanas em que encontrava os menores infratores no antigo SAM (Rio de Janeiro) e no RPM (São Paulo) e exibia orgulhoso os dormitórios limpos, as camas arrumadas da nova unidade para o menor infrator no Rio de Janeiro. Entendia ele que era necessário criar uma infraestrutura básica nos estados para o encaminhamento adequado, conforme a problemática apresentada pelo menor, separando desde logo, o menor infrator do carente. Um grande número de convênios firmados entre a Funabem e os órgãos estaduais de bem-estar do menor visavam atingir esse objetivo, além da formação de pessoal. O órgão nacional juntamente com os estaduais atuaria também junto às instituições assistenciais, procurando adequá-las à política do menor.

São passados 21 anos desde que foi criada a Funabem, dentro de uma proposta de modernização e racionalização da estrutura de assistência ao menor. Que mudanças teriam ocorrido nas condições de vida do menor brasileiro?

Qualquer pessoa com o mínimo de capacidade analítica poderá concluir que nem a melhoria da estrutura de atendimento, nem o aperfeiçoamento de recursos humanos com o aumento de conhecimentos científicos concorreu para melhorar as condições de vida da infância e juventude brasileiras. Como muitas outras promessas do regime autoritário, a redenção da população de menor idade não passou de um mito. Basta lembrar os quase 30 milhões de menores em estado de carência ou abandono e a alta Taxa de Mortalidade Infantil do país.

Não que o conhecimento científico seja inútil ou desnecessário, mas como lembrava uma psicóloga num painel sobre o menor em São Paulo, não raro o profissional acaba exercendo um papel ideológico, ocultando a profunda desigualdade existente na nossa sociedade ao reduzir os problemas dos menores à dimensão individual e reiterando, assim, o mito de igualdade de oportunidades. É o mito da neutralidade científica que precisa ser questionado.

MUDANÇA DE PERSPECTIVA

Em 1979 foi celebrado o Ano Internacional da Criança com as badalações



costumeiras e os lances sensacionistas. Felizmente alguns programas escaparam dessas tendências dando lugar a encontros e estudos extremamente proveitosos.

A PUC de São Paulo criou o Grupo de Trabalho do Menor, no Instituto de Estudos Especiais, e o grupo, composto por profissionais de diversas disciplinas produziu um estudo sobre o mundo do menor infrator egresso de instituição, cujo resultado foi publicado, pela Editora Cortez, com o título "O mundo do menor infrator". Até então eram quase inexistentes os estudos sistemáticos sobre o problema. Na realidade só se tinha conhecimento de um trabalho realizado pelo CEBRAP e publicado em 1974: "A criança, o adolescente, a cidade".

Enquanto os estudos clássicos sobre a delinquência juvenil tendem a abordar o problema a partir dos conflitos psíquicos do indivíduo, os trabalhos acima referidos examinaram o problema na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. Assim, as causas dos problemas foram buscadas nas condições de vida da classe trabalhadora, submetida a um crescente empobrecimento, contrastando com a acumulação da riqueza nas mãos de uns poucos. Nesse contexto, a própria intervenção do Estado foi percebida como uma política de controle social e a modernização do aparato social como um esforço para fazer face às novas dimensões do problema.

Entre os encontros, o Seminário Ecumênico sobre os Menores Carentes e Marginalizados, realizado em 1980, permitiu que representantes de igrejas Protestantes e Católica de vários estados brasileiros e países da América Latina discutissem a sua prática a partir da compreensão dos problemas socio-econômicos e político desses países. As contradições e ambiguidades que marcam o trabalho das instituições foram evidenciadas. Como ressaltava um dos palestrantes, era preciso prestar atenção para não ver o problema do menor apenas enquanto menor. Só percebendo-o num contexto mais amplo seria possível descobrir alguma forma de encontrar soluções para o mesmo. Os participantes expressaram as angústias e questionamentos que enfrentam nos seus trabalhos, pressionados entre as necessidades inadiáveis de crianças e adolescentes e a consciência das causas estruturais dessa situação. Ao analisar os frutos do seminário, um dos grupos registra que a sua ação deveria ser transformadora.

Evidentemente, é muito mais fácil falar de transformação num seminário do que vivê-la num dia-a-dia dentro de uma instituição que está impregnada de assistencialismo e paternalismo: o quadro do benfeitor na parede, a rigidez dos horários, as disposições dos quartos, as relações entre diretoria, agentes e menores.

Pensando bem, não é por acaso que algumas experiências brasileiras mais corajosas, como a desenvolvida pela Pastoral do Menor, em São Paulo, e a República do Pequeno Vendedor, em Belém do Pará, que trabalham com menores de rua, são instituições não-governamentais. Em ambas uma profunda identificação com o menor e reconhecimento e respeito pelo seu próprio mundo e formas de relacionamento.

O caminho de transformação a que se referiam os participantes do seminário passa necessariamente pelo enfrentamento de contradições e ambiguidades tanto ao nível de objetivos e política de ação como no relacionamento entre agentes, instituições e menores. O que não se fará, no longo caminho a percorrer, sem uma contínua reflexão sobre a prática, onde a dimensão política deverá ser um componente essencial.

Tomiko Born é assistente social e trabalhou na Funabem na década de 60. Atualmente, é professora do curso de Gerontologia Social, do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo.

Colômbia incerta

Jorge Julio Mejia

Quando, depois de dois anos de processo de paz, o M-19 tomou o Palácio da Justiça na cidade de Bogotá, nós, colombianos, ficamos perplexos. E quando o governo do diálogo, presidido por Belisario Betancourt, autorizou o exército a tomar o palácio a sangue e fogo, deixando um saldo de 94 mortos e a destruição total do edifício, a perplexidade transformou-se em consternação. Nos dias seguintes, uma multidão de pessoas acorreu ao lugar da tragédia em atitude de silêncio, sinal de uma profunda incerteza.

A INCERTEZA DA PAZ

A Colômbia é um país com longa tradição de violência. Depois das lutas pela independência, em princípios do século passado, as guerras assolararam o país. Eram guerras civis. Logo, por volta dos anos 40, chegou a época da chamada "violência". Foram cerca de nove anos que cobraram mais vidas que as guerras da independência. Tratava-se de uma guerra de morte entre adeptos do partido conservador e do partido liberal. Tal luta revestiu-se de caráter muito particular: tratava-se de grupos armados que jamais efetuavam confrontos de tipo militar. A "chusma", como eram chamados, chejava às vilas e aos campos e assassinava seus contendores políticos, sobretudo camponeses. Já nos anos 60, começaram os grupos armados de esquerda, decididos a instaurar uma luta tipo guerra de guerrilhas. Nasceram então as FARC, o EPL, o ELN e mais tarde o M-19. Os diferentes governos que se sucederam no tempo da chamada frente nacional tentaram acabar com esses grupos. O governo de Turbay Ayala, presidente pertencente ao partido liberal, manejou o problema das guerrilhas mediante um Estudo de Segurança, lei concebida dentro do quadro da segurança nacional. Foram quatro anos de feroz repressão contra todos os grupos progressistas, as organizações populares e todo aquele

que fosse suspeito de ter algum vínculo com a guerrilha. Por isso o país saudou com enorme esperança o novo presidente Belisario Betancourt quando este prometeu fazer um governo nacional e lutar para conseguir a paz. A paz deveria ser conseguida por meio de três ações: o diálogo com a guerrilha, as reformas políticas e as reformas sociais. Foram dados os primeiros passos necessários. Logo se chegou a um acordo de cessar fogo com as FARC, o EPL e o M-19. O grupo ELN não quis entrar em diálogo com o governo. Os grupos que firmaram cessar fogo organizaram seus movimentos legais tendentes a criar uma ação política. E foram para as praças pregar suas idéias. Isso foi o que constituiu o primeiro grande obstáculo no caminho da paz. Certos grupos do país acusaram o governo de estar entregando a vida nacional aos subversivos. Pensaram ingenuamente que a trégua poderia significar o fim de

qualquer movimento popular, de todas as reivindicações. E imputaram ao fracasso do processo de paz a persistência de greves em todos os setores da economia. Como no campo oficial e legal haviam diminuído os atos repressivos, começaram a surgir os grupos paramilitares. Estes perseguiram cruelmente os guerrilheiros, que se haviam aproveitado da anistia decretada pelo governo, e os líderes populares. Houve graves atentados contra dirigentes legais dos grupos guerrilheiros. O incitamento contra estes grupos intensificou-se. Finalmente, ante a dificuldade para controlar essa espécie de confabulação dos inimigos do processo de paz, começou a rachar-se o que se construirá com tanta dificuldade. Os guerrilheiros não tinham garantias, e a informação chegou a atribuir-lhes atos de crueldade e barbárie que não haviam cometido. Assim o M-19 e o EPL romperam a trégua e reiniciaram a luta



O povo pobre paga as consequências da crise econômica.



População: 27.326.463 (est. 1980)

Área: 1.138.914 Km²

armada. Foi no contexto dessa ruptura que se deu a tomada do Palácio da Justiça. O objetivo desta ação foi o de denunciar o processo de paz, acusando o governo de não haver cumprido o prometido. Pretendiam submeter o presidente a um julgamento. As reformas sociais e a abertura política correram por caminhos bem parecidos. A classe econômica e a classe política não iriam permitir uma reforma que pudesse pôr em perigo a sua hegemonia. Atualmente persiste a trégua com o grupo guerrilheiro das FARC. Este grupo, além disso, fundou um movimento político chamado União Patriótica (UP) que já se fez presente nas últimas eleições parlamentares de 9 de março e vai apresentar um candidato a presidente nas eleições de 25 de maio.

Mas para onde vai este processo de paz? Embora o governo quisesse conduzi-lo a bom termo, vê-se agora que há certos grupos que não vão deixá-lo chegar até o fim. Não aceitarão, por nenhum preço, que projetos de esquerda possam chegar a ter voz e voto dentro da tomada de decisões nacionais. O que então ocorre atualmente é que, dado que a repressão oficial aparentemente diminui, aumenta a repressão de tipo paramilitar: sem detenções, sem processo, sem notícias vão aumentando os assassinatos e os desaparecimentos seletivos e sistemáticos. Trata-se de defender a democracia cuja base é a liberdade: a de acumulação e de consumo. Um processo de paz, baseado num ordenamento social justo e participativo, para não dizer mais, é atualmente incerto.

A INCERTEZA DO FUTURO GOVERNO

Em 25 de maio, se realizarão as eleições para presidente. Três candidatos se apresentam à consideração dos eleitores: Virgilio Barco pelo partido Liberal; Alvaro Gómez Hurtado pelo partido Conservador; Jaime Pardo Leal pela União Patriótica. As fronteiras ideológicas entre os partidos liberal e conservador tornaram-se cada vez menos precisas. Assim, o mais conservador dos presidentes dos últimos anos que teve a Colômbia foi Turbay Ayala, um liberal; e o mais liberal é o atual Belisario Betancourt. Contudo, apesar da decadência dos partidos tradicionais, ainda não há uma alternativa política real. Cada presidente, posto de lado a sua filiação política, imprime seu caráter (até onde pode) no governo, pois o resto do funcionamento do estado está marcado pela distribuição da burocracia oficial contra a qual se choca

qualquer tentativa de eficiência e moralização. Barco poderá ser um bom administrador: quem sabe quanto conseguirá alcançar ao nível médio de comandos; Gómez tem uma história obscura e os analistas políticos concordam em dizer que a sua cara política tão maquiada não conseguiu convencer nem ocultar um rosto verdadeiro de direita.

Houve eleições em que um grupo guerrilheiro foi para as praças e convidou seus simpatizantes a votarem. Contudo, o aumento de votos com relação ao que a esquerda sempre quisera obter nas anteriores eleições foi ligeiramente superior. A incerteza chega no momento em que nos fazemos a pergunta: em meio à crise política, à decadência dos partidos tradicionais, à divisão dos grupos de esquerda, à grande abstenção eleitoral, quem, e como, continuará tomando as decisões do país? Como se continuará administrando justiça? Predominará a política do salve-se quem puder? Os grupos pa-

ramilitares, que vêm aumentando, se mearão o terror dentro do movimento popular e burlarão qualquer tentativa real ou aparente do estado para controlá-los? Confirmar-se-á, uma vez mais, que os grupos de poder, os mesmos de sempre, não estão dispostos a cedê-lo nem a negociá-lo com ninguém, menos ainda com a esquerda nestes momentos de cruzada anticomunista?

A INCERTEZA ECONÔMICA

Quando caem os preços do café é normal falar em crise econômica, principalmente num país como a Colômbia que depende enormemente das exportações desse grão. Mas preocupar-se da mesma maneira quando os preços sobem já é um paradoxo. A dificuldade em manejá-las sensatamente uma prosperidade cafeeira é uma situação que caracteriza o atual momento da economia colombiana. Ao mesmo tempo, 1986 é o ano em que o país se tornará auto-suficiente no abastecimento do petróleo. Um grande contrato com a



Saldo do ataque ao Palácio da Justiça, em Bogotá, pelo exército colombiano: 94 mortos e a



destruição total do edifício.

Occidental Petroleum garante a possibilidade de exportar 150 mil barris diárias. Tal riqueza deverá sair do país para poder dar acesso aos créditos que o governo solicitou. O problema é que o preço do petróleo caiu no mercado. Assim, a Colômbia deposita suas esperanças na exportação de carvão, petróleo e níquel, precisamente no momento em que preços caem de forma alarmante. Seremos, pois, obrigados a quase dar de presente esta grande riqueza do país. E é a saída desta riqueza, no momento, barata, o que assegura ao país os gigantescos empréstimos, estes sim nada baratos.

Enquanto isso, o Fundo Monetário continua exercendo sua tutela (termo que, em resumo, encobre com outra palavra algo que na prática é um acordo).

O problema da dívida externa revestiu-se de uma característica especial na Colômbia. O Estado teve que assumir a dívida externa da empresa privada colombiana. Aqui se dá o par-

doxo segundo o qual as crises se socializam e todos os colombianos passamos a pagar esta dívida — o que não ocorre no caso da bonança cafeeira que não pode ser igualmente socializada, pois é dos cafeicultores.

As consequências continuam a ser pagas pelo povo pobre que tem visto, de maneira constante, decrescer seu poder aquisitivo e crescer o desemprego.

A INCERTEZA RELIGIOSA

A Colômbia se prepara para receber o Papa. Chegará nos primeiros dias do mês de julho. Contrariamente ao costumeiro em outras ocasiões, agora não tem havido nenhuma espécie de preparação maciça: algo como uma missão nacional ou assembleias familiares. Esta visita poderia ser uma boa oportunidade de renovação comunitária, eclesial. Podem pensar que a situação atual do país (situação de ordem pública e de preparação de eleições) pode ter causado um certo temor em promover tudo aquilo que possa ter intenções



de reunir o povo cristão. Isto apresentaria riscos de infiltração e manipulação ideológica de tais grupos. Há um certo temor ao desenvolvimento comunitário, ao crescimento da consciência coletiva, ao auge da participação do leigo formado teologicamente e politicamente. Junto com uma comunicação em vésperas de eleições, o episcopado colombiano dirigiu uma severa advertência às comunidades de base que não têm um autêntico sentido eclesial. Rejeita-se qualquer qualificativo de populares para as mesmas e se afirma que a sua falta de sentido eclesial se manifesta em sua atração por centros leigos radicalizados ideologicamente e em suas aparentes vinculações com centros de coordenação aparentemente eclesiais. Por conseguinte, é necessário investigar quais são, onde operam, para denunciá-las publicamente. Há, portanto, uma incerteza no momento em que a luta dos pobres se demoniza; quando forças opostas a uma terra fraterna agem com tamanha violência e sob a proteção de certas legalidades; e o episcopado mais parece estar vivendo uma espiritualidade do temor do que uma da esperança, e estar exercendo seu ministério mais em termos de doutrina, controle e disciplina do que em termos de diálogo, acompanhamento, orientação, participação.

CONCLUSÃO

A incerteza causada por tudo o que foi dito acima nos leva à desesperança. É o mais grave, o delicado. À última instrução sobre a teologia da libertação não lança nenhum alento sobre as possibilidades de vermos transformados os processos sociais em termos do Reino dos Céus. A conflitividade do curso da história quando o povo protagonista, o povo pobre, surge com força, não tem por ora possibilidades de exercer toda a sua força criadora e fecundante sobre um âmbito geral do país. Teremos que fundar nossa esperança nessa espécie de resto de Israel que sofre profundamente quando é incomprendido e condenado por seus pastores e perseguido pelas forças que se opõem à mudança — esse resto que está disposto a continuar cuidando com amor da semente de vida que o Senhor Jesus semeou em suas comunidades pobres, crentes e comprometidas.

Jorge Julio Mejía é diretor do Deptº de Religiosidade Popular do CINEP — Bogotá, Colômbia.

Convocação à II assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas

Às Igrejas e Organismos Ecumênicos da América Latina e do Caribe:

A graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão que o Espírito Santo cria entre as pessoas seja com todos vós.

OAXTEPEC

Com grande alegria começamos a caminhar em Oaxtepec, México, no ano de 1978. "Missão e Unidade" foram os temas que nos convocaram: um chamado claro e um mandato preciso a proclamarmos junto o evangelho em serviço, inspirados na fé e no Espírito do Senhor.

Não podíamos separar a missão que nos foi confiada em meio aos conflitos, às dores e esperanças, do espírito de unidade que exige tal ministério.

Foi assim que — humildemente, mas com zelo evangélico — as igrejas e movimentos ecumênicos começaram a definir os conteúdos e as bases jurídicas do Conselho Latino-Americano de Igrejas (em formação).

HUAMPAÑI

Três anos mais tarde, depois de consultar e trabalhar intensamente pelos quatro cantos de nossa América Latina, convoca-se uma Assembléia Constituinte.

Esta convocação emanava da certeza de que a unidade só pode ser pensada como um dom de Deus, mas, ao mesmo tempo, como uma tarefa constante e permanente de um povo na busca destes "novos céus e nova terra onde habita a justiça" (II Pe 3,13 b).

A busca destes horizontes e novos caminhos só é possível se no centro de nossas perguntas, respostas e ações caminha Jesus Cristo ("Vocação comprometida com o Reino").

Este foi o segundo momento de nossa peregrinação: Huampani, Peru, 1982. Ali nos constituímos como Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

Abria-se assim uma nova etapa no longo caminhar de nossas Igrejas e povos. Entre estes dois momentos: "Missão e Unidade" e "Jesus Cristo: vocação comprometida com o Reino", conseguimos criar um espaço de encon-

tro, diálogo e reflexão comuns. Foi então que pudemos aprofundar a unidade de que já temos em Cristo, reconhecendo a riqueza que representam as diversas tradições, confissões e expressões de fé no contexto latino-americano.

Um novo passo se havia dado no meio de um sofrido continente com uma história rica e profunda. Ainda que os conflitos tenham se tornado mais agudos, também mais e mais esperanças foram despertadas em nossos povos.

Por meio de cartas e documentos, dinâmicas formativas e encontros, atividades e visitas, e do programa conjunto de Regiões e Serviços, temos procurado responder com fidelidade humilde ao evangelho do Senhor.

Nosso interesse tem sido sempre o de sermos fiéis intérpretes das aspirações de nossos povos, inspirados no mandato de Huampani, quando nos en-

comendou a desafiante tarefa de "promover a unidade do povo de Deus na América Latina como expressão da Igreja Universal de Cristo e como sinal e contribuição à unidade do povo latino-americano".

INDAIATUBA

Agradecidos ao Senhor por nos ter acompanhado em todos estes anos, dirigimo-nos hoje a todos vós, a fim de **convocar-vos à nossa II Assembléia Geral**, que terá lugar em Indaiatuba, São Paulo, Brasil, de 28 de outubro a 2 de novembro de 1988 (Art. 7º da Constituição).

Esperando no Reino de Nossa Senhor, e alegres por tantos e diferentes sinais que Ele mesmo nos vai mostrando, no testemunho singelo, firme, e convicto de irmãs e irmãos, queremos reunir-nos desta vez ao redor do tema: **Igreja: a caminho de uma esperança solidária**.

A Assembléia começa hoje e agora,

Cadernos do CEDI 14

CANAVIEIROS EM GREVE

Campanha Salarial e Sindicalismo



106 páginas
Cz\$ 40,00

Este Caderno do CEDI é um registro das discussões travadas no **Encontro de Canavieiros** promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB). Traz depoimentos de mais de uma dezena de dirigentes de sindicatos rurais representativos dos trabalhadores de cana. É um instrumento fundamental para o entendimento do significado da luta dos canavieiros em todo o Brasil, e particularmente na Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Faça seu pedido através de cheque para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 - CEP 01238 - São Paulo - SP

com todos nós. É um processo participativo, em que Igrejas e comunidades, grupos e cristãos, gestaremos juntos, compartilhando buscas, experiências e testemunhos.

A um primeiro passo de ambientação e promoção da Assembléia, durante o ano de 86, se seguirá, em 87, a contribuição criativa de idéias e materiais produzidos por vós, as Igrejas. Depois de uma compilação e seleção posterior, virá 1988, quando o tema e o material de todos serão distribuídos às Igrejas da América Latina.

Queremos uma Igreja que caminhe junto a seu povo e, ainda em meio a dores e esperanças, teremos a ocasião de renovar o nosso compromisso no Reino, na certeza com que nos contagia o Apóstolo: "Em tudo somos aribulados, porém, não angustiados; perplexos, porém não desanimados; perseguidos, porém não desamparados; abatidos, porém não destruídos; levando sempre no corpo o morrer de Jesus, para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo". (II Co 4,8-10)

IGREJA: A CAMINHO DE UMA ESPERANÇA SOLIDÁRIA

Em unidade de fé, oração e testemunho, estamos todos convocados para nosso próximo encontro. Queremos avaliar os caminhos pelos quais temos

transitado. Queremos orientar juntos nosso futuro na América Latina.

Desta vez, onde o testemunho de tantas irmãs e irmãos vem criando uma Igreja que, a partir da experiência do evangelho e em compromisso com o povo, pretende viver solidariamente a esperança do Reino de nosso Senhor.

Somente poderemos ter esperanças se, juntos, buscarmos gestos concretos de solidariedade, ao compartilhar o evangelho: na missão evangelizadora; com o povo; na comunidade de fé e no encontro fraternal; no sofrimento, que vem do compromisso; no testemunho e serviço onde se vive.

Igreja: a caminho de uma esperança solidária ainda falta caminhar. Queremos encurtar distâncias, estender pontes, quebrar preconceitos, ao compartilhar nossa fragilidade, ao buscar os sinais do Reino, ao anunciar este novo tempo que o Senhor inaugura com sua morte e sua presença ressuscita.

Ao se aproximarem cada vez mais os 500 anos da "encoberta colonial" de nossa terra, quando povos inteiros massacrados e outros tantos submersos no atraso, na miséria, postergados, pensamos, cheios de esperança, na solidariedade, do povo de Deus e inspirados nas palavras do profeta: "Cessai de fazer o mal. Aprende a fazer o bem; atende a justiça, repreende ao opressor; defendei o direito do ór-

fão, pleiteai a causa das viúvas." (Is 1, 16b-17).

Igreja: a caminho de uma esperança solidária: todos estamos convocados. Todos estamos chamados a viver em humildade, mas com coragem e firmeza, a vida que o Senhor nos quis dar para sermos suas testemunhas "tanto em Jerusalém, como em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra". (At 1,8b).

Irmanados na esperança solidária, por Cristo e seu Reino, a Junta Diretiva do Conselho Latino-Americano de Igrejas:

Bispo Federico Pagura

Dr. Gabriel Vaccaro

Bispo Francisco Reus-Froilan

Prof. Plutarco Bonilla

Rev. Heinz Ehrlert

Bispo Enrique Chávez Campos

Pastor Héctor Méndez

Sr. Carlos Amador Moraga

Pastor Alejandro Guachalla

Pastora Flor Rodriguez

Pastor Alfonso Vasquez

Rev. Jacobo James

Sra. Ana Rosa Pérez

Sra. Beatriz Barahona

Sr. Kurt Luebke

Pastor Juan Abelardo Schvindt

Sra. Nora Barolin

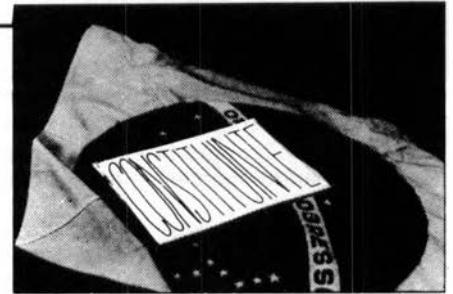
**Sto. Domingo, República Dominicana,
11 de fevereiro de 1986**

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 30,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).Cz\$	30,00
Poetas do Araguaia.....	Cz\$ 30,00
Batismo Eucaristia Ministério.....	Cz\$ 25,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)....	Cz\$ 25,00
Celebração da Vida (John Poulton).....	Cz\$ 25,00
Missão e Evangelização.....	Cz\$ 25,00
Protestantismo e Política.....	Cz\$ 15,00
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cz\$ 15,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador.....	Cz\$ 15,00
Chamados a dar testemunho hoje.....	Cz\$ 15,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo.....	Cz\$ 40,00
Dentro do Furacão (Richard Shaull).....	Cz\$ 45,00
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Escura) — (CDHAL).....	Cz\$ 45,00
Quem tem medo da Reforma Agrária.....	Cz\$ 25,00

**Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.**





Constituinte, mulher e negro

Benedita Souza e Silva

Quando se fala na relação leis-cidadãos, nota-se uma profunda distância: as leis ou são desacreditadas ou são desconhecidas. A maioria da população não sabe o que é ser cidadão porque lhe é negado o direito à cidadania. Se uma mulher negra e pobre, ao ler a Constituição, encontrasse o artigo que determina que "todos são iguais perante a lei, independente de sexo, cor, credo religioso, etc.", ela diria que nossa Constituição é uma piada.

A partir daí, me parece que o primeiro passo ao se pensar numa Assembléa Constituinte e na elaboração da nova Constituição, é a profunda reflexão sobre dois pontos: 1) é urgente resgatar o crédito e o respeito da população no que se refere às leis e à justiça; 2) o cidadão tem que passar a ter intimidade com a lei. Essa intimidade só poderá existir a partir de uma relação participativa no que se refere a fazê-la, aplicá-la e fiscalizá-la.

AS MULHERES E OS NEGROS

Todo negro quer superar a marginalidade que lhe foi imposta pelas classes dominantes. Toda mulher quer outra alternativa para sua sobrevivência e dos seus filhos que não seja a falta de creches, o trabalho doméstico, a prostituição declarada ou velada, mas não podem.

Pelo que se sabe, pelo menos metade da população brasileira é constituída por mulheres. No entanto, a mulher é, legalmente, mesmo considerando as conquistas atingidas, considerada como semi-incapaz. Também outros setores da sociedade brasileira se encon-

tram marginalizados, pelo menos no que se refere à garantia do exercício de direitos garantidos por lei: negros, pobres, crianças, por exemplo.

Entretanto, até que ponto os problemas específicos podem ser enunciados num documento tão genérico como uma Constituição? Inclusive porque a garantia à igualdade de direitos entre todos os cidadãos e a proibição da discriminação em função de sexo, raça, etc., já constam, inclusive, da colcha de retalhos autoritária herdada destes 20 anos de ditadura, e ainda em vigor. Apesar disso, sabemos que, na

prática, a igualdade está longe de ser atingida e a discriminação impera por toda parte e até por parte das próprias autoridades, como aconteceu recentemente no concurso para garis, onde mulheres foram impedidas de se inscreverem, sob a alegação de que havia uma norma interna da Comlurb que proibia.

Como explicar isso? Se a Constituição é a Carta Magna, é a lei suprema à qual todas as demais devem se curvar e referendar, que fazer diante deste desrespeito flagrante a ela?

Assim, havendo possibilidade de in-



"A nossa constituição é uma piada" disse uma mulher negra e pobre.

ARTUR DUARTE

Este texto e os textos "Reforma Agrária e liberdade de organização" e "Os trabalhadores urbanos", publicados em TP n.º 207, fazem parte do "Dossiê Constituinte", lançado recentemente pelo CEDI.

ser mais especificamente as questões femininas, ótimo. Senão, que se acrescente, pelo menos, mecanismos de fiscalização e consequente penalização quanto ao descumprimento dos princípios genéricos.

O negro quer, mas não pode participar ativamente da vida política nacional, porque a classe dominante transformou as diferenças raciais e culturais em desigualdades políticas, impedindo a ascensão do negro na pirâmide econômica e social.

O negro quer, mas não pode ascender socialmente, porque a classe dominante capitalista, além da divisão social do trabalho também criou a divisão racial do trabalho, determinando com isto que todo trabalho qualificado, intelectual, seja exercido pela minoria branca; enquanto todo trabalho não qualificado, braçal, subalterno, seja exercido pela maioria negra.

O negro quer, mas não pode alterar os critérios e dados estatísticos do Censo do IBGE de 1980, que indicam haver 54% de brancos e 45% de pardos e pretos, num universo de 119 milhões de habitantes no maior país da Diáspora e o 2º do mundo. Vale ressaltar que a definição de pardos "serve para escamotear a verdadeira identidade étnica, através de simbolismos de fuga, para situar o negro o mais próximo possível do modelo branco tido como superior", conforme definição do professor Clóvis Moura. Ainda neste Censo de 1980, os classificados como pardos, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam 136 cores diferentes.

O negro quer, mas não pode impedir que se desenvolva no brasileiro um subconsciente racista.

O negro quer, mas não pode transformar as estruturas injustas da sociedade brasileira, enquanto não tivermos acesso à instrução para alterarmos o índice de 39% de pardos e pretos que têm menos de 1 ano de estudo e somente 6% ultrapassam o 1º grau; enquanto não obtivermos um sistema educacional público e gratuito em todos os níveis e com currículos amplamente discutidos com a comunidade, que retratem a realidade social do aluno; enquanto não derrotarmos o capitalismo especulativo e financeiro que privilegia o capital e desvaloriza o trabalho; enquanto não superarmos o tratamento discriminatório, arbitrário, desumano, dispensado por policiais, funcionários e diretores das penitenciárias, hospitais psiquiátricos, asilos, abrigos e postos de saúde onde adotase o controle de natalidade, todos es-

tes espaços superlotados por maioria negra; enquanto não ocuparmos os espaços sociais e políticos permitidos para alterar estas estruturas opressoras que favorecem uma classe e marginaliza as outras, senão vejamos: em dezessete generais do Exército, posto mais alto da hierarquia, não há nenhum negro; em onze almirantes de esquadra, nenhum é negro; na Aeronáutica, dos sete tenentes-brigadeiros, todos são brancos; de todos os embaixadores brasileiros no exterior, nenhum é negro, e passem, nem mesmo nos países africanos; dos 22 governadores estaduais, todos são brancos; entre os 487 congressistas, há dois deputados federais e dois senadores negros, mas mesmo assim, apenas um deles assume efetivamente a luta da causa racial; na própria Câmara Municipal do Rio de Janeiro, além desta vereadora, há outro negro, que gosta de ser tratado como "marrom" e, inclusive, contesta, como os demais, minhas ações em torno da denúncia do racismo da sociedade brasileira.

E a situação não se inverte se a pesquisa tiver por campo outras atividades. Estes dados revelam a extrema marginalização à qual foi submetido o negro brasileiro.

O negro não pode, não porque não

queira, mas porque não permitem, que ele tenha um emprego. É necessário que na Assembléia Nacional Constituinte se garanta o direito ao pleno emprego.

O negro não pode desenvolver-se sendo a maioria dos analfabetos, menores abandonados, mendigos, criminosos, loucos, presidiários, prostitutas, hipertensos, domésticas, servis, desempregados, etc., etc., e, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 1980, quanto à distribuição de renda, os pretos e pardos são cerca de 60% dos que recebem até meio salário-mínimo e pouco mais de 10% dos que ganham mais de dez salários-mínimos; enquanto que os brancos são apenas 41% dos que recebem meio salário-mínimo e 86% dos que ganham mais de dez salários-mínimos.

Finalizando, o fortalecimento da organização e participação dos setores marginalizados é imprescindível para que, mais uma vez, eles não se vejam fora das decisões, pulverizados pelo poder econômico ou, o que é mais grave, manipulados por ele.

Benedita Souza e Silva é vereadora e líder do PT/RJ

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve.....	Cz\$ 40,00
Educação popular: Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 20,00
Sexta Assembléia do CMI.....	Cz\$ 20,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo.....	Cz\$ 20,00
Deixaí vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 20,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 55,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 85,00

Faça seu pedido em cheque nominal para o
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 15,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 15,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 15,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 15,00
Povos Indígenas no Brasil 81.....	Cz\$ 25,00
Povos Indígenas no Brasil 82.....	Cz\$ 25,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 45,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 85,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o **CEDI**
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

Profetas do Povo de Deus

Milton Schwantes

Profetas são figuras incomuns. São conhecidos pelo nome. Não falta quem os procure. Abrem nossos olhos. Requerem nossa atenção. São pessoas de renome. Contudo, não fazemos bem se os isolamos em demasia. Não convém individualizá-los. Para os profetas bíblicos, isto até se impõe.

PROFETAS SÃO GENTE DO POVO

Não aparecem por decisão própria. Não são frutos do acaso. Sua atuação não está desenraizada. São filhos do povo. Dão voz a este povo que os gera. Sua raiva e seus sonhos denunciam e anunciam as causas populares.

Denunciam a injustiça que sofrem com o povo. A injustiça que sofre quem não tem o que comer. Gritam a dor de órfãos e viúvas. Dão voz à dor dos camponeses que suam mas não comem, porque outros vivem bem. "Comeis a carne do meu povo!" (Mq 3,3). Denunciam a injustiça deste salário-mínimo desavergonhado.

Descrevem o encanto da esperança. Evocam a beleza de crianças que brincam com cobras (Is 11). Que bela não será a vida, quando todos puderem saborear um gole de vinho (Mq 4,4). O profeta conduz ao inusitado. Conta com o milagre. Canta o porvir.

Sim, no profeta explode a vida do povo de Deus, em seus dissabores e em seus sabores. Miserável o povo que não suscitar profetas!

ROUSTEZA CAMPESINA

Trabalhadores e operários costumam ser profetas. Na Bíblia, os círculos proféticos eram freqüentados por camponeses. Em Amós, ecoa o campo. Sua voz é a do trabalhador sazonal, do bônia-fria. Em Jesus, ressoa a aldeia. Há exceções. Por certo. Pensemos em Isaías, filho da capital. Parece ter-se criado nas benemerências do poder. Sua profecia o destronou. Árduo foi o aprendizado que o levou às cercanias de crianças e colonos. Sua conversão a Deus foi conversão aos fracos, aos miseráveis da capital.

Aliás, não há o que estranhar na origem campesina dos profetas de Israel. Afinal, a sociedade de então era marcadamente campesina. Nela, o interior

era maioria. Nos profetas, emerge sua consciência e sua robustez.

POBRES PROFÉTICOS

Na Bíblia, a riqueza não detém dignidade profética. Quando quis assumila, foi desmascarada. Foi desnudada como falsa. Falsa profecia é a que namorica com o poder, com os distintos senhores. Ouro e templo, corte e palácio não são ninhos proféticos. Só a manjedoura gesta perspectivas.

Os profetas eram gente simples do povo. Amós era simultaneamente talhador, pastor de ovelhas e boiadeiro. Era um trabalhador sazonal, um bônia-fria em nossa linguagem. Se não o fosse, passaria fome. Miquéias estava em vias de ser desalojado da roça que era sua herança. Jesus de Nazaré nem mesmo tinha onde reclinar sua cabeça.

Alguns profetas nasceram em berços mais requintados. Sua opção profética não provém de tais berços. Ezequiel, por exemplo, era sacerdote da capital. Mas só veio a ser profeta, quando, entre os exilados, virara escravo. A profecia é voz da margem. Nela fala os que não contam. Quem conta, não profetiza. Quem conta, reprime profetas. Crucifica-os.

SUBVERSIVOS

Aconteceu outro dia. Corriam os anos da repressão militar. Estávamos em plena ditadura, em 1970. (É bom lembrar, para jamais imitar!) Um padre se pôs a ler um texto de Amós, em programa de rádio. Leu. Só leu e nada mais disse. E à tarde já estava a prestar depoimento. Fora chamado para explicar.

De fato, a profecia é subversiva. Pois é crítica. Contesta as monarquias e os Estados. A profecia é o verdugo do Estado. Os profetas de Israel eram antagônicos ao Estado. Criticavam-no com indizível ferocidade. Autoridade nenhuma foi poupança. Demoliram o "reinado da casa de Israel" (Os 1,4). O rei Acabe define o profeta Elias como "inimigo" de Estado (1 Rs 18). Profecia e Estado andam trilhos opostos, um o dos pobres, outro o das mordomias; um da subversão, outro o da repressão.

COMUNIDADES PROFÉTICAS

Discordância não basta. Sem organização alternativa, oposição pode ser



MARCO

disfarce. O Estado opressor só se contesta criando outra organização. Criando-a do jeito dos empobrecidos. Os profetas de Israel tentaram-no. Sua profecia é um ensaio de outras relações entre as pessoas. Sua tentativa foi mui bela: Quem planta, colhe e come. Quem constrói, habita. Isso não combina com o interesse dos opressores. Para o Estado opressor e seus agentes, vale o inverso: Nele, colhe quem não planta. Acumula quem não trabalha. Em tais situações, a profecia é revolucionária. Nas comunidades proféticas, lavradores têm palavra (Am 5,16). Crianças têm espaço (Is 7-9). Escravas são profetas (Jl 3,1-2). Milagre! A profecia exercita este milagre. Organiza os pobres. É a semente popular que mantém o Estado, voraz e destruidor, sob controle.

"JAVÉ FALOU, QUEM NÃO PROFETIZARÁ?"

A profecia tem seu contexto histórico. Tem as marcas do grito do povo. Tudo isso é flagrante. Pode ser visto. É palpável. Mas ainda não é tudo. Em especial, os profetas bíblicos não são iguais a seu contexto. Não são meramente a soma das dores e dos anseios coletivos. São gente vocacionada. Não só vêm o que está aí, ouvem também o que está no fundo da realidade e além dela. Jeremias certa vez disse: Deus está longe. É qual martelo que esmiúça. Por estarem à escuta deste Deus diferente, os profetas sofreram muito. Não entendiam o projeto divino. Tentaram fugir. Quiseram desculpar-se; propuseram substitutos. Deus teve que coagi-los, animá-los, mandá-los. Profetas não são criação nossa. São criação de Deus!

Fazer Escola Conhecendo a Vida

Cristiano Di Giorgi

Fazer escola conhecendo a vida. Eis aquilo que se propõem os estudantes e professores da Unicamp e da Puccamp que se dispuseram a colocar o seu saber acadêmico a serviço dos grupos populares (no caso, a Associação dos Moradores da Favela de Vila Nogueira, São Quirino, periferia de Campinas), ao mesmo tempo em que procuraram aprender destes grupos aquilo que sua história de vida e luta lhes ensinou.

O seu trabalho consiste principalmente em um núcleo que proporciona, às crianças de 3 a 14 anos, uma série de atividades "planejadas de modo a facilitar na inteligência da criança o aprendizado para a vida". É um trabalho interdisciplinar, onde participam pedagogos, físicos, matemáticos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e um arquiteto que coordena aquele que talvez seja um dos aspectos mais interessantes do trabalho: a construção de uma creche em mutirão, dentro de uma tecnologia nova, barata e adaptada às condições locais (o solo-cimento), ao mesmo tempo que se proporciona qualificação profissional (de pedreiros) às crianças.

Mas o trabalho não é planejado apenas a partir da interação das diversas ciências. Parte essencial do planejamento é o diálogo com a diretoria da Associação de Moradores, tentativa de melhor entender e penetrar no universo popular, para melhor contribuir para a luta "que já se tornou própria" da vida dos moradores.

Mas ao leitor, ávido de contribuições ao

seu próprio trabalho, de reflexão mais aprofundada do papel do intelectual junto aos grupos populares, ou de propostas de trabalho junto ao menor de classe popular, fica, depois do entusiasmo inicial, uma certa deceção.

Os relatos são lacunosos, não dão conta do que é o trabalho no seu miúdo e no seu cotidiano, ficam nas grandes propostas gerais sem concretizá-las.

Tampouco se consegue ter uma visão do processo de constituição do trabalho, do contato com o grupo popular, do papel da Prefeitura e da Universidade nisto tudo.

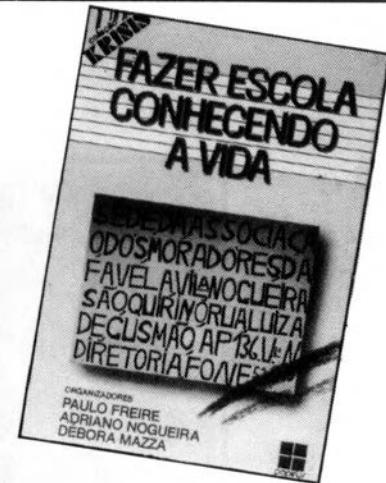
Na entrevista com d. Ilza (presidente da Associação) e na reflexão sobre a entrevista, se entrevê algumas questões: por que se puxa o papo e a reflexão sempre para o imediatamente político? Por que certas questões, que são especificamente pedagógicas e da cultura popular, não são pensadas?

Por exemplo: porque, quando d. Ilza fala em mau-olhado (aliás, uma das mais sólidas crianças da nossa população), muda-se de assunto sem mais?

E, às vezes, fica-nos a frustração de ficarmos sem saber coisas que desejávamos ardentemente saber: por exemplo, o que é exatamente a tecnologia do solo-cimento? Quem a criou? Quem são estas pessoas, os monitores, que, afinal, estão no trato diário com as crianças? O que pensam, o que esperam deste trabalho? Supõe-se que elas devem ter, além de um papel na execução, um papel no planejamento do trabalho.

De qualquer forma, com todas as suas

FAZER ESCOLA CONHECENDO A VIDA
Paulo Freire, Adriano Nogueira, Débora Mazza (orgs.)
— Papirus, Campinas, 1986, 104 pp., 14x21 cm.



imperfeições, este livro é um estímulo e um desafio: um estímulo a todos os que temos experiências em Educação Popular a relatá-las e refletir sobre elas; e um desafio a avançar nas propostas e a dar respostas a algumas questões que seus autores souberam muito justamente colocar.

Cristiano Di Giorgi é professor do curso suplementar do Colégio Santa Cruz, membro do Programa de Educação e Escolarização Popular do CEDI e pós-graduando em Filosofia da Educação na PUC de São Paulo.

Dossiê Constituinte

A participação popular no processo de preparação da Constituinte de 1986 representa um fenômeno sócio-político inédito na história brasileira. O povo-constituente se organiza, apresenta suas reivindicações e influencia o processo de reorganização do Estado através de manifestações e construção de entidades autônomas, inclusive dos partidos políticos. Essa experiência está ampliando a noção de democracia representativa, introduzindo novas demandas de reconhecimento e garantia de direitos individuais e sociais, de proteção de interesses socialmente difusos (do consumidor, ao meio ambiente etc.) e estabelecendo critérios democráticos de iniciativa e controle popular sobre as funções do Estado. É, enfim, uma visão da soberania do povo que quer se constituir democraticamente como Nação livre e independente, baseada nos valores da dignidade humana e na primazia do trabalho sobre a capital. É a emergência de uma nova política que objetiva superar o autoritarismo e populismo.

O Setor de Documentação do CEDI organizou o presente Dossiê, a partir de documentos e publicações dos movimentos sociais e de artigos publicados na grande imprensa e periódicos, com a intenção de mostrar esta Nação que se organiza apesar do Estado e dos donos do Poder. Obstáculos à construção desta Nação democrática permanecem na Nova República. A revogação da legislação autoritária é ainda parcial, pois continuam em vigor as Leis antidemocráticas (de Segurança Nacional, de Greve, de Imprensa, dos Estrangeiros etc.). E a convocação de uma Constituinte Congressual, ao invés de Exclusiva, se revela uma fórmula conservadora, inadequada para, de fato, se recriar a República.

O centro da atenção se volta, portanto, para a chamada sociedade civil, em particular, os trabalhadores, as igrejas, os movimentos sociais e populares, que com suas manifestações vêm lentamente modificando o mapa político do País. O trabalho não se limita, no entanto, a provar a emergência desse poder popular — o que em si é uma tarefa difícil devido à precariedade dos registros sobre essas experiências — mas incentivar o aperfeiçoamento dessas organizações e o encaminhamento de suas lutas.

Por isso, incluem-se vinte textos originais, escritos do ponto de vista democrático, para esclarecer e avançar as principais ques-

DOSSIÊ "CONSTITUINTE"
Antônio Cesar Pimentel Caldeira (editor geral), CEDI (Setor de Documentação), Rio de Janeiro, 1986, 212 pp., 21x30 cm.



tões. O Dossiê, afinal, documenta, de maneira abrangente, as reivindicações do povo e quer ser um instrumento para assegurar a sua soberania.

Pe. JOSIMO: CONTINUA A VIOLÊNCIA NO CAMPO



“Entendo que esse atentado se põe dentro do contexto social da região, em seu aspecto de luta pela posse da terra. (...) Grileiros e fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terra em favor dos posseiros, liderada pelo Governo Federal, se armam com fortes calibres e tentam destruir os cabeças de todo o movimento dos trabalhadores rurais. (...) De modo que esse atentado é a concretização das inúmeras ameaças de morte que vinham recaindo sobre mim há vários meses. Ameaças vindas da parte dos fazendeiros e políticos, através de comentários de boca em boca e mesmo de artigos de revistas, reuniões e discursos públicos. Apesar de tudo, quero e vou

continuar a luta, tentando unir a necessidade de paz à missão cristã de criar um mundo fraterno e justo a partir dos empobrecidos e oprimidos. Que a minha fé se deixe penetrar pela lucidez política e se impregue da bravura das testemunhas da ressurreição de Jesus de Nazaré, ¯o Cristo”.

(trechos de uma carta do pe. Josimo Morais Tavares, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no norte de Goiás, comentando o atentado de que tinha sido vítima, no dia 15 de abril passado, em Tocantinópolis (GO). Na ocasião, o carro em que viajava foi perfurado por cinco balas. Menos de um mês depois, no dia 10 de maio, pe. Josimo foi assassinado em Imperatriz (MA), por um pistoleiro da região que assim cumpria as ameaças dos fazendeiros e políticos).